

# OLISIPO

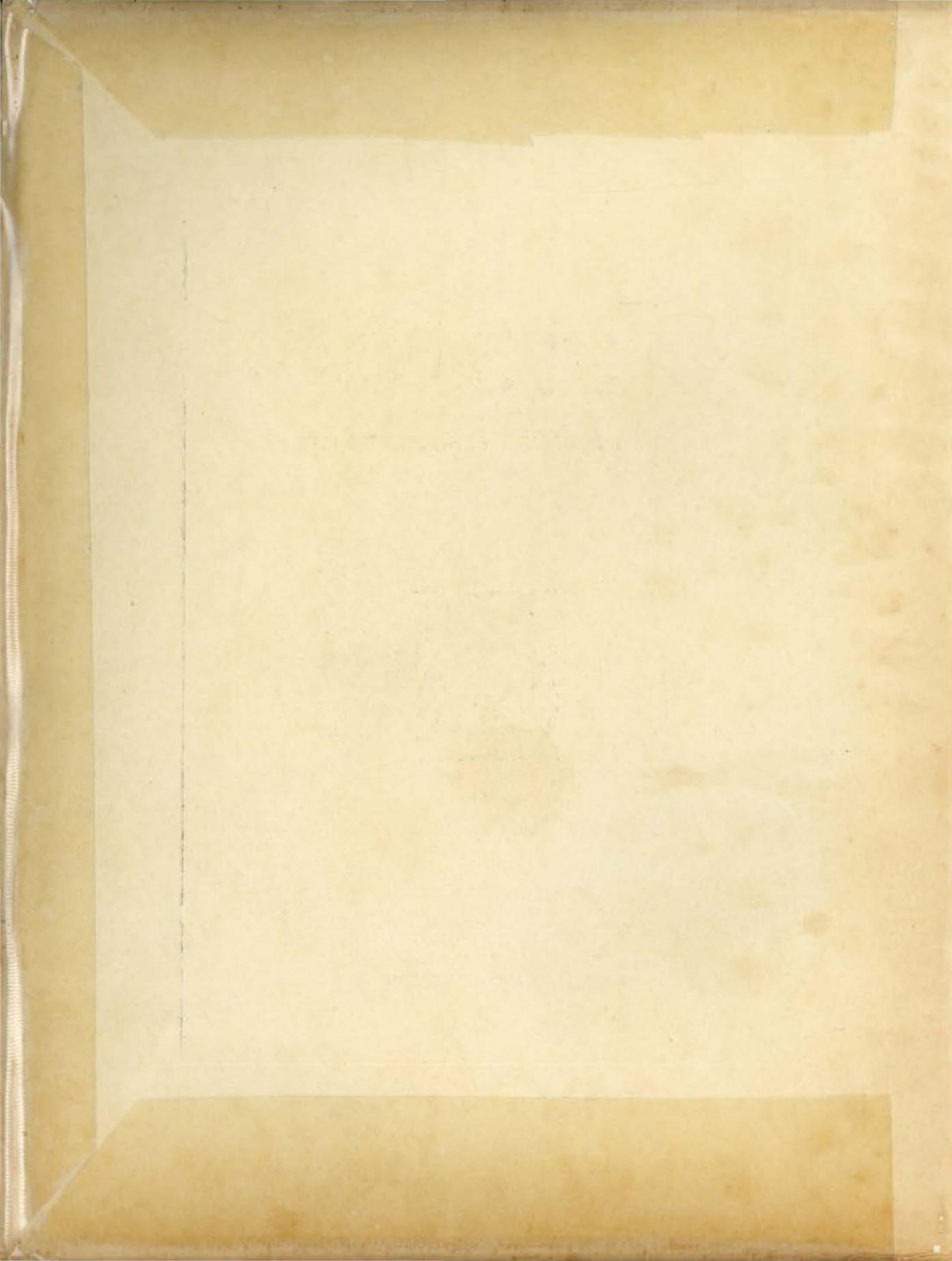
BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»



ANO III

N.º 11

JULHO - 1940





MESTRE JÚLIO DE CASTILHO

CUJO CENTENÁRIO DO SEU NASCIMENTO  
FOI COMEMORADO NO PASSADO  
DIA 30 DE MARÇO



Oferta  
-5 JUL 2006

JULHO DE 1940

N.º 11

# O L I S I P O

BOLETIM DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

DIRECTOR: GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA, VICE-PRESIDENTE DA DIRECÇÃO

EDITOR: DR. EDUARDO NEVES, DIRECTOR-TESOUREIRO

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

SEDE: RUA GARRETT, 62, 2.º — TELEFONE 2 5711

COMPOSTO E IMPRESSO NA IMPRENSA LIBANIO DA SILVA — TRAVESSA DO FALA-SÓ, 24 — LISBOA

## SUMÁRIO

- O HOMEM DAS BOTAS  
PELO *Dr. Alfredo da Cunha*
  
- MAIS DESCOBERTAS NO CASTELO DE S. JORGE  
POR *A. Vieira da Silva*
  
- NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS  
LIVROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA SÉ  
POR *Luíz Pastor de Macedo*
  
- O CAMPO DE SANTA CLARA  
POR *Sidónio Miguel*
  
- CRÓNICA — SOB O DOMÍNIO DO METRO QUADRADO  
POR *Hugo Raposo*



---

*Todos os artigos são da exclusiva responsabilidade dos seus autores*  
ESTE BOLETIM É ENVIADO GRATUITAMENTE A TODOS OS SÓCIOS



# O HOMEM DAS BOTAS

POR ALFREDO DA CUNHA

É história muito sabida e muito contada esta do *homem das botas*. Ainda recentemente constituiu ela um dos mais curiosos capítulos do interessante livro de «Amador Patricio», ou seja do Dr. Caetano Beirão — *Grandes reportagens de outros tempos*.

Não me demorei, pois, em minúcias a tal respeito, limitando-me a recortar de escritores que trataram do assunto o breve relato do que foi esse embuste em que caíram alguns milhares de crédulos habitantes de Lisboa, de tôdas as classes sociais. Porque o meu principal fim é pôr diante dos olhos dos leitores de *Olisipo*, a título de mera curiosidade, o fac-símile reduzido do documento que serve de corpo de delito do decantado lôgro, e cuja raridade Brito Aranha encarece no Tomo 17.º, pág. 329, do *Diccionario Bibliographico Portuguez*.

Pinho Leal, que no volume 8.º do *Portugal Antigo e Moderno* explica o que era o Santo Milagre, quando se refere a Santarém, narra assim o acontecido com a *partida*, tanto ou quanto carnavalesca, do *homem das botas*, a pag. 362 do volume 4.º da obra citada:

«No tempo da guerra peninsular, os santarenos, temendo que os ímpios soldados de Buonaparte lhes roubassem ou desacatassem o seu *palladium* — o *santo milagre* — o levaram para a Sé de Lisboa, debaixo do mais rigoroso segredo, sendo de ali removido logo para a capela do patriarca, no palácio da Mitra, em Marvila.

## NOTICIA

**H**Um Official do Exército Britanico, tem apostado 500 Libras Esterlinas, que ha de passar á travessa do Rio Téjo, na Segunda Feira que vem, á huma hora, ou depois do meio dia, em hum par de Botas de Cortiça; e principia o seu passeio á Torre de Belém, e ha de chegar á Torre Velha. Estas Botas são de huma construcção admiravel, e curiosa; foraõ inventadas pelo mesmo Official, que faz este passeio.

L I S B O A:

NA OFF. DE JOAQUIM THOMAZ DE AQUINO BULHÕES.

Anno de 1811

*Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.*

«Fugindo Massena e os seus do território português, expulsos pelas baionetas e metralha dos aliados, em 1811, trataram os de Santarém de reaver o seu Santo Milagre, porém os lisbonenses não consentiam. O patriarca queria entregar a relíquia aos seus legítimos donos, mas não o fazia com receio de algum tumulto que trouxesse funestas conseqüências.

«Há quem diga (e é mais provável) que os de Lisboa se não opunham à saída do Santo Milagre, mas que os santarenos fingiram um medo que não tinham, para se eximirem da grande despesa que tinham a fazer com a condução da relíquia, com a devida pompa e majestade.

«Estavam as coisas nestas circunstâncias, quando na manhã do dia 30 de Novembro de 1811 aparece em tôdas as esquinas das ruas de Lisboa o seguinte anúncio: (segue-se a transcrição da *Notícia* reproduzida em fac-símile).

«Tôda a cidade de Lisboa correu a Belém, para vêr o *homem das botas*, mas enquanto muitas mil pessoas cobriam as praias do Tejo, de que não tiravam os olhos, metiam os de Santarém o Santo Milagre em uma falúa, e fugiam com êle, a tôda a fôrça de remos, pelo rio acima, chegando nêsse mesmo dia a Santarém».

Antes de Pinho Leal, já, na *História da Liberdade em Portugal*, J. G. de Barros e Cunha, com fundamento em documentação da época, se referia ao picaresco e estranho caso, a-propósito da repressão que, por parte do intendente da polícia, se exerceu depois disso, com mais rigor, sôbre os anúncios, até os menos perigosos. Escreve-se ali, reportando-se o autor a documentos da Intendência Geral da Polícia existentes na Torre do Tombo:

«Anunciou a própria *Gazeta de Lisboa*, jornal do govêrno, «que um oficial inglez atravessaria o Tejo desde a torre de Belém até à torre Velha, e que tôdas as pessoas que quizessem presenciar aquele acto se achassem presentes no dia 3 de Dezembro (1811) ao meio dia, junto da dita tôrre».

«Foi, das primeiras pessoas que compareceram, o intendente geral da polícia, o principal, os demais membros do govêrno, e vinte a trinta mil curiosos se juntaram e esperaram quási até à noite.

«O intendente declara muito desgostoso que tal inglêz não appareceu e que se abusou da credulidade pública. Tira porém de aí argumento

para levar a censura aos actos mais inocentes da única folha que se publicava, e que era a gazeta official do govêrno. No dia seguinte ao «do homem das botas», que assim se ficou chamando o imaginado inglês, o redactor da *Gazeta* foi censurado por ter publicado em um anúncio «que um negociante inglez pretendia instruir-se no idioma portuguez».

«A inquietação do govêrno foi de tal ordem que, tendo o padre José Agostinho de Macedo anunciado a intenção de escrever sôbre o importante caso da logração de crédulos — no número dos quais entrou — o govêrno recomendou ao desembargo do paço, que não desse licença para tal escrito se imprimir».

O que o intendente julgou necessário determinar, por mêdo de que se repetissem factos análogos, toca as raias do ridículo. Assim o conta o autor da *História* citada:

«Não contente ainda ordenou que se não fizessem anúncios sem licença da policia, para evitar os abusos que se davam e que punham em perigo a paz das famílias.

«Entre os anúncios assim perigosos assinala o intendente os seguintes: O homem das botas — Precisa-se de um caixeiro que não seja das ilhas — Precisa-se de um capelão que não seja de Lisboa — Dá-se dinheiro a juros na botica de tal».

Tinop (Pinto de Carvalho) também dedicou ao *Homem das botas* parte de um capítulo do tomo I da *Lisboa de outros tempos*, onde, a pag. 207, se lê que «o intendente, para saber a história mais de raiz, mandou proceder a averiguações, e por elas se verificou que a impressão do anúncio fôra feita na officina de Joaquim Tomaz de Aquino Bulhões, que fôra encomendada por Francisco Manuel, ao Passeio, e a êste por um official inglês, que apresentava o manuscrito licenciado pela meza do Desembargo do Paço. Não adquiriu, porém, noticia exacta do nome do official, do qual apenas lhe constava residir para os lados do Campo de Santa Clara».

E acrescenta: «O caso produzira tão grande argel, que ainda em 7 de Setembro de 1812 o intendente — aludindo aos anúncios e às malezas que dêles promanavam, por não estarem sujeitos a prévio exame da policia — tornava a citar o *exquisito passeio do official militar britânico com botas de cortiça*».

Além da *Notícia*, cuja reprodução acompanha estas linhas, possui um quadro a óleo, com data de Janeiro de 1812, que representa a multidão que ocorreu até junto da torre de Belém, para presenciar o anunciado passeio. A praia vê-se repleta de gente, e o rio aparece coalhado de barcos de vária espécie, entre os quais se distinguem duas galeotas, uma das quais levando à ré, desfraldada, a bandeira nacional, e que conduzia pessoas que deviam ser de representação, talvez os membros do govêrno!

No verso do quadro escreveu-se a tinta o que supponho ser o nome do autor «Domingos Daddi, Italiano da Villa de Empoli em Toscana». Seria parente de um notável pianista e compositor de nome João Guilherme Daddi, que viveu desde 1814 até 1887?

Se alguma vez os «Amigos de Lisboa» organizarem uma exposição de curiosidades lisboetas, terei muito prazer em concorrer para ela com o prospecto e com o quadro — documentos da famosíssima burla de que, no comêço do século passado, foram vítimas os habitantes da capital.

SEGUNDA EDIÇÃO

# A RIBEIRA DE LISBOA

POR JÚLIO DE CASTILHO

# MAIS DESCOBERTAS

## NO

# CASTELO DE S. JORGE

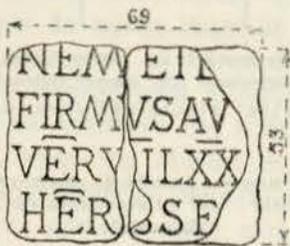
POR A. VIEIRA DA SILVA

**N**o prosseguimento das obras de restauro do Castelo foram-se fazendo novas demolições para se encontrarem vestígios ou modelos dos elementos da fortificação a reparar ou reconstruir, e durante êsses trabalhos descobriram-se mais lápidas sepulcrais com inscrições, pedras lavradas, capiteis, pelouros, e as humbreiras de cantaria de uma janela geminada que devia ter pertencido ao paço da Alcáçova. Tem esta 3<sup>m</sup> de largura e 2<sup>m</sup>,5 de altura, e os colunelos das humbreiras possuem faces semi-decagonais côncavas; um dêles está horrivelmente mutilado; o outro conserva a base, e o capitel lavrado com figuras de animais.

Foram encontradas, em vários sítios do castelo, mais sete lápidas mutiladas, quasi tôdas com inscrições ou restos de inscrições funerárias, que copiámos tão fielmente quanto possível, não ocultando que, pelo desgaste de algumas pedras, que parece terem servido de lages de pavimentos, a leitura foi em geral bastante difficil, e mesmo em partes muito duvidosa. Desta opinião comparilhou o Dr. Manuel Heleno, ilustre director do «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos», a quem pedimos o favor de nos dar o seu parecer sôbre a interpretação das inscrições, pelo qual aqui lhe deixamos consignado o nosso agradecimento.

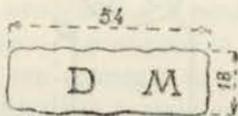
Uma oitava lápida foi descoberta, que parece ter pertencido a um monumento votivo ao deus Mercúrio.

As lápidas, quasi tôdas de mármore de Pero Pinheiro, foram encontradas durante o primeiro trimestre de 1940; as suas inscrições são as seguintes:



Espeçura, 42 cm. Letras, 9,2 cm.

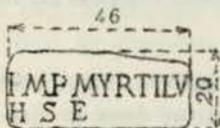
Os dois fragmentos em que a pedra está dividida foram encontrados em sítios diferentes no Castelo.



Espeçura, 14 cm. Letras, 7,5 cm.

*Interpretação:*

D (iis) M (anibus)



Altura das letras, 5,5 cm.

Espeçura, não se poudo medir, porque a pedra está embebida num muro. (\*) Apenas se percebe que foi consagrada à memória de um MIRTILLO.



Espeçura, 28 cm. Letras, 7,2 cm.

A pedra está muito desgastada, parecendo ter servido de lage de pavimento.

A leitura conjectural do Dr. Manuel Heleno é como segue:

D (iis) M (anibus)

[lu] LIAE (?) MARCEL

[iae] MATER.....



Espeçura, 32 cm. Letras, 5,5 cm.

*Desenvolvimento da inscrição*

(Dr. Manuel Heleno):

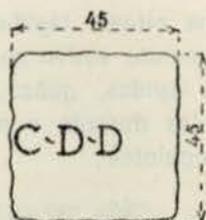
VOLVSCIA G (aii) F (ilia)

TVSCA [hic] S (ita) E (st)

(\*) Está no muro voltado ao sul, próximo do cumhal, do edificio marcado com o n.º 46 na planta da pág. 21 do nosso trabalho *O Castelo de S. Jorge em Lisboa* (1937).



Espessura, 17 cm. Letras, 7 cm.  
*Letura e interpretação difíceis.*



Espessura, 12 cm. Letras, 7,2 cm.  
*Interpretação (Dr. Manuel Heleno):*  
 C (reatus) D (ecreto) D (ecurionum)

A inscrição da pedra do monumento votivo  
 a Mercúrio é a seguinte:



Altura das letras, 3 cm.

A leitura da 2.ª linha é ininteligível, e a  
 cópia da 4.ª é duvidosa por causa da  
 fractura da pedra.

Apresentamos o desenho da estela (ronana  
 ou cristã?) que foi encontrada em muito  
 bom estado.



Espessura, 10 cm.

Encontraram-se mais duas da mesma forma,  
 com pequenas diferenças nas dimensões.

A colheita de inscrições romanas no castelo mostra-se assim bastante abundante. Além destas oito, e das outras duas de que demos notícia num artigo anterior dêste *Boletim* (pág. 37 do n.º 10), já se acham publicadas várias outras nos livros que tratam do Castelo de S. Jorge, algumas das quais existiam em pedras que foram transportadas para o mencionado Museu Etnológico, onde se conservam.

Os mármorees não são do local; foram para ali levados das sepulturas onde se achavam colocados, e aproveitados durante uma época que se seguiu à romana, como pedras de alvenaria, no enchimento dos muros e tórres do castelejo. Não se encontraram vestígios de

qualquer necrópole no alto do monte do Castelo, nem consta de documentos que alguma ali tenha existido.

Este aparecimento de tão numerosas lápidas faz lembrar o que sucedeu quando, no ano 1782, foi demolido, para a reconstrução da parte arruinada da cidade de Lisboa, a porta do Ferro ou Arco de N. S.<sup>a</sup> da Consolação, que fazia parte da cêrca moura, e ficava situada no nosso largo de S.<sup>to</sup> António da Sé. Metidas nos muros, descobriram-se ali cêrca de trinta lápidas com inscrições latinas, que foram levadas para a cêrca do Convento de N. S.<sup>a</sup> de Jesus (hoje sêde da Academia das Ciências de Lisboa), por deligência do estudioso franciscano frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas; umas dessas pedras acompanharam-no depois para Beja, outras foram para o museu de Évora; uma ou outra está no mencionado museu de Lisboa; mas a maior parte delas extraviou-se, e só se conhecem pelas cópias que então foram tiradas, e depois divulgadas. Nesse sítio também não houve nenhuma necrópole, e as lápidas tiveram a mesma origem e aplicação que as do Castelo.

Lamentável é a perda de tantos monumentos da civilização romana em Lisboa, consequência da nímia atenção que o público lhes prestava, a qual era apanágio só de poucas pessoas ilustradas e de larga visão, que cultivavam o amor pelas antiguidades, tanto para satisfação do seu espírito, como para legarem aos vindouros êsses frutos das suas investigações e estudos.

Já em 1869 dizia o sábio epigrafista alemão E. Hübner, que de cêrca de cem inscrições olisiponenses que cita no *Corpus*, apenas quatro ou cinco se conservavam! E' certo que de então para cá algumas novas haveria que acrescentar à sua relação, e que outras que se consideravam perdidas, foram reencontradas.

Hoje, porém, que o culto pela nossa história e tradições entrou numa fase de grande apreço e estima, não só por parte de pessoas de grande valor intelectual, mas pelas camadas populares de instrução mais rudimentar, muito seria para desejar que, desconhecendo-se o primitivo lugar onde as lápidas olisiponenses estiveram aplicadas, fossem todas concentradas num museu único, fazendo-se recolher nele, não só as lápidas que se encontram dispersas no museu do Carmo, de Évora, nos terraplenos do Castelo de S. Jorge, em muros de prédios, etc., mas

também outros restos de origem romana que se encontram aqui e ali. E para tal fim está naturalmente indicado e apropriado, além de constar de disposição legal, o Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, onde já se acham guardadas e bem conservadas muitas das lápidas com inscrições da área da cidade de Lisboa, podendo-se organizar aí uma secção ou colecção interessante de epigrafia e de outras curiosidades olisiponenses da época da dominação romana.

Junho de 1940.

# NOTÍCIAS E REGISTOS CURIOSOS EXTRAÍDOS DOS LIVROS PAROQUIAIS DA FREGUESIA DA SÉ

POR LUIZ PASTOR DE MACEDO

(Continuação do número anterior)

**F**R. Lucas da Ressurreição, eremita de Santo Agostinho e que faleceu sendo enfermeiro-mor da Casa da Saúde, compartilhando dessa devoção, chegou mesmo a determinar por testamento que o sepultassem na ermida; os frades da freguesia de Santos, os confrades da irmandade do Santíssimo da mesma paróquia e outras irmandades, com as respectivas insígnias, continuaram a ir todos os anos, em dia de Nossa Senhora dos Prazeres, pela manhã e processionalmente, à ermida da Senhora, em cumprimento dum voto feito durante a peste de 1569<sup>(1)</sup> e lá cantavam solenemente a missa do dia; e a população de Lisboa, quasi em massa, no domingo e na segunda-feira, depois das oitavas da Páscoa, lá seguia em ranchos até à quinta dos condes da Ilha, para visitar na sua casa a Senhora dos Prazeres, representada por uma imagem que não chegava a ter dois palmos de altura<sup>(2)</sup>.

---

<sup>(1)</sup> *Elementos, etc.*, vol. I, pág. 475, em nota.

<sup>(2)</sup> *Corogr. Port.*, vol. III, pag. 169 e *Mapa de Port.*, vol. III, pág. 176.

Ora, dizimada a peste em 1603, a quinta deixou de ser necessária. Porém, verificando-se que o estabelecimento do hospital e do cemitério tinha feito grandes estragos na propriedade além de a tornar improdutiva durante algum tempo, a Câmara, para evitar demandas, resolveu dar a Luiz Carneiro o juro anual de 200\$000 réis, constituindo-se assim senhora da quinta. Desta transacção tratou ainda a vereação na sua reunião efectuada em 30 de Dezembro de 1619, resolvendo «q̄ visto aver dr<sup>o</sup> (dinheiro) bastante . . . e a cidade passar a Luis Carnr.<sup>o</sup> duzentos mil rs de juro porq̄ lhe comprou a sua quinta de campolide, p.<sup>a</sup> servir de casa da saúde, como nas occasioes passadas servio, a rezão de vinte o milhar, com pacto de retro, q̄, com o sobejo do dito dr.<sup>o</sup>, se rima o dito juro, e se lhe entreguẽ os des mil cruzados, q̄ nos ditos duzentos mil rs de juro se monta, p.<sup>a</sup> o q̄ sera logo noteficado q̄ os reseba na forma do contrato, q̄ entre elle e a çidade se fes, etc.» (1).

Felizmente, os anos iam passando e a quinta nunca mais foi utilizada para campo de isolamento. Então, em 1631, a câmara, para que da propriedade se tirasse algum rendimento, deu-a de aforamento ao seu antigo possuidor com o encargo anual de 60\$000 réis, «com natureza de fateosim perpetuo, que só terminaria quando a quinta se tornasse necessária para o mesmo fim», isto é, para *casa de saúde* (2).

Passaram mais anos. Com o falecimento de D. Francisco Luiz Carneiro, descendente e sucessor do antigo proprietário, depois foreiro da quinta, os seus herdeiros alcançaram licença da câmara para dividir aquele prazo. Feita a divisão, um dos lotes, no qual se levantavam umas casas nobres já arruinadas e a ermida da Senhora dos Prazeres, de que era enfiteuta, em 1833, o conde de Lumiares, (3) servia para cemitério dos pobres daquele distrito, (4) continuando assim a seguir o seu destino, marcado em 1599, quando serviu de cemitério para empestados.

Com o advento do regime constitucional, vem, como se sabe, a

(1) *L.º II dos Assentos*, fl. 152 v.

(2) *Elementos, etc.*, em nota, vol. I, pág. 497.

(3) *Idem*, *idem*.

(4) *Algumas notícias documentais de arte e arqueologia*, por Vitor Ribeiro, pág. 27.

proibição de se enterrarem os cadáveres nas igrejas, proibição que depois foi regulada pelos decretos de 21 de Setembro e de 8 de Outubro de 1835, pelo de 3 de Janeiro de 1837 e pela carta de lei de 27 de Abril do mesmo ano. (1) Estabelecem-se então dois grandes cemitérios na cidade, um para servir a sua parte oriental (Alto de S. João), outro para servir a sua parte ocidental. Ora êste foi-se alargar, nem mais nem menos que na parte do terreno da antiga casa da saúde, de que era enfiuteuta, como já se disse, o conde de Lumiares e que ainda em razão da ermida que lá continuava erguida, se chamou e chama *cemitério dos Prazeres*.

Mas não se julgue pelo facto de se estender em volta da ermida um campo de sepulturas, que a devoção do povo de Lisboa esfriasse e que as circunstâncias naturalmente o impedissem de fazer todos os anos a romaria à sua Senhora dos Prazeres. ; Qual ! Ainda em 1867 se enchia o cemitério de romeiros, segundo o testemunho do falecido editor Henrique Marques, (2) gôsto que levou a câmara, em 1874 a pedir ao senhor Patriarca que a imagem fôsse transferida da capela do cemitério para qualquer outro local. E dizia :

«A festividade anual que se costuma celebrar naquela capela . . . e a procissão que no mesmo dia sai da igreja de Santos-o-Velho, e para ali se dirige, são causa de uma romaria assás concorrida, e a máxima parte dessa multidão, invadindo o recinto do cemitério, pratica muitas vezes actos que importam uma verdadeira profanação do respeito que se deve aos mortos. Por outro lado é pouco próprio que na capela de um cemitério se celebrem festas ruídasas, que vão perturbar a tranqüilidade daquele recinto . . . »

E a imagem da Senhora, que naquele local tinha a devoção de Lisboa desde os meados do século XVI, foi transferida para a igreja de Santos (3).

Terminada a história da quinta de Luiz Carneiro — cemitério dos empestados de Lisboa durante a epidemia de 1599, dos indigentes da

(1) *Colecção de epitáfios, etc.*, de António Joaquim da Cruz Moreira, vol. VII das Mem. da Academia das Ciências.

(2) *Memórias de um editor*, pág. 42.

(3) *Arq. Mun. de Lx.*, 1874, pág. 2.119.

freguesia de Santos e por fim um dos grandes cemitérios municipais — voltemos à peste que originou a digressão, ou melhor, saltemos ao Monte Alperche e assistamos à fundação da ermida da Senhora da Penha de França, que nalguma coisa, com a peste, se relaciona também.

António Simões, do ofício de dourador e provavelmente arruado, como todos os outros do mesmo ofício, numa rua da freguesia de S. Nicolau, foi um dos incorporados no exército que, em 1578, acompanhou D. Sebastião à sua jornada ao norte de África. Na batalha de Alcácer Quibir, ao ver-se perdido, implorou a protecção da Virgem e prometeu-lhe que se o livrasse do perigo que corria, a representaria em nove imagens com diferentes invocações.

Salvo da morte e do cativo, ao chegar a Lisboa começou logo a cumprir a promessa feita. Concluída a sétima imagem, dispoz-se em seguida a fazer a oitava, porém, embaraçado, não atinava com a invocação que lhe havia de dar, até que ao fim de algum tempo o jesuita Inácio Martins,<sup>(1)</sup> muito devoto da Senhora da Penha de França, de Castela Velha, — imagem descoberta numa serra no ano de 1434, pelo francês Simão Vella — lhe sugeriu que à oitava imagem lhe desse aquela invocação. António Simões aceitou a sugestão e fez a imagem.

Concluída, colocou-a na ermida de Nossa Senhora da Vitória, à Caldeiraria, na freguesia de S. Nicolau. Mas Simões, estava agora exigente para com êle próprio: o que o satisfaria plenamente, o que êle afinal ardentemente desejava era dar àquela imagem casa própria. E teria calcurriado Lisboa e seus arredores à procura dum sítio azado.

O de Monte Alperche pareceu-lhe bem e chegou-se à fala com o proprietário do terreno, um Afonso de Tôres de Magalhães que era casado com D. Constança de Aguilar. O terreno foi doado por aquele senhor; em dia de Nossa Senhora da Encarnação de 1597, 25 de Março, lançou-se a primeira pedra; e terminada a sua construção, trasladou-se com uma solene procissão, em 10 de Maio de 1598, a imagem da Senhora da Penha de França, da ermida da Vitória, para a modesta capela que a devoção do dourador e as esmolas de outros devotos, conseguiram erigir.

(<sup>1</sup>) Dêste padre trata Barbosa Machado, *Bibl. Lusitana*, II-497.

Pouco tempo depois, «sucedeo castigar Deos com o mal da peste a cidade de Lisboa; . . . e como os trabalhos costumão despertar sempre aos peccadores, nesta afflicção buscavão em Deos o remedio pella intercessão de sua Mãe Santíssima, indoa buscar àquella sua casa nova, e pobre; e ella como Mãe de misericórdia aceitou a sua devoção, alcançando a muytos dos que a buscavão, e invocavão, com o titulo de Penha de França, a saude perfeita . . . Correo a fama destas maravilhas, e foy cada dia crescendo, augmentandose mais a devoção, e fazendose esta Senhora mais conhecida».

Janeiro de 1599, trouxe, assustadoramente, o desenvolvimento da peste. Lisboa viveu então amargas horas de sofrimento e de terror. Os que fugiam eram em tal quantidade que a administração local viu-se obrigada a proibir severamente a saída da cidade a todos os que tivessem qualquer officio; os que morriam contavam-se por centenas; havia dias de setecentos enterramentos . . . ; o alecrim, desinfectante já aconselhado um século antes, era queimado em grandes quantidades e como sinal de contágio, em ramos, era pôsto às portas dos que adoeciam; os físicos e os cirurgiões andavam numa roda viva; os pregoeiros da cidade, nas praças e nas ruas, berravam as últimas determinações da administração municipal, incumbida de velar pela saúde de Lisboa; as igrejas apinhavam-se de povo que implorava a misericórdia divina; no seio de cada família desenrolava-se um drama, um caso impressionante . . .

Entre estes casos, sabemos de um, passado nesse funesto Janeiro, que impressiona verdadeiramente. É contado pelo cura da Sé, nos seus livros paroquiais:

«Aos 27 dias de Jan.<sup>ro</sup> de 599 dentro en casa de Maria de pinna veuva molher q̄ foi de P.<sup>o</sup> frz (Pedro Fernandes) canastr.<sup>o</sup> ia defuncto, receby por marido e molher asy como manda a sancta madre igreja a Gaspar ferreira çpatr.<sup>o</sup> f.<sup>o</sup> de Roq. glz (Roque Gonçalves) defuncto, e de Maria ferr.<sup>a</sup> da Ilha terceira cõ Gracea pereira f.<sup>a</sup> de P.<sup>o</sup> frz canastr.<sup>o</sup> ia defuncto, e de M.<sup>a</sup> de pinna da Rua das canastras. As t.<sup>as</sup> (testemunhas) q̄ estavam presentes, digo q̄ ouvirão as palavras do tal Recebim.<sup>to</sup> pella causa q̄ abaixo direi, são João fñz canastr.<sup>o</sup> e Bastião frz, e pedralvez canastr.<sup>o</sup> e Vicente Roiz Anna frz a mestra, Anna frz,

outra sua discipula Barbora da Sylva, M.<sup>a</sup> de pinna, e este Recebim.<sup>to</sup> se fez cõ alvara de L.<sup>ca</sup> do sōr provisor Symão Borges, e cõ hũ despacho ao pé de hua petição, q̄ se se Recebessem en casa por estar o dito noivo doente de peste, e depois de Recebydo, ao outro dia q̄ forão 28 do dito mes, e era falleceo na dita casa, e cama, onde os Reçeby, e esta enterrado no adro da See. . .»<sup>(1)</sup>.

O caso, embora contado com a simplicidade que usou o cura da Sé, dispensa quaisquer outras palavras que quizessem acentuar a profundidade do drama sucedido naquelas quatro paredes duma alcova dum dos prédios da rua das Canastras. E quantos e quantos casos tão emocionantes como êste, por essa Lisboa fora não teriam acontecido. . .

O desenvolvimento da peste chegára ao máximo nos fins dêsse Janeiro. Reconhecida a impotência da ciência, aumenta a fé na misericórdia divina que por vezes é desesperadamente implorada. Lisboa é bem, nessa ocasião, um rio de lágrimas, correndo entre preces fervorosas e gemidos angustiosos. Invoca-se o mártir S. Sebastião, defensor dos povos contra a peste, como já em 1569, durante a *peste grande* se tinha invocado; implora-se também a protecção da Senhora da Saúde, mas principalmente, com grande fé, roga-se a intersecção da já milagrosa Senhora da Penha de França, há pouco ainda colocada na sua ermida do Monte Alperche.

E é então que a própria câmara — no dia 28 dêsse mês de ruim memória — em nome da população da cidade, promete à Senhora da Penha fazer-lhe uma nova capela e visitá-la anualmente em procissão, se Lisboa conseguisse libertar-se do pesado flagelo.

Reza assim o assento camarário que contém esta resolução:

«Q a çidade fez voto a nossa S.<sup>ra</sup> da pena de frança, q̄ ella lhe fará a sua Capela, cõ seu Retabolo, e lhe dara hũ ornam.<sup>to</sup> perfeito, como ha çidade parecer; e q̄ tanto q̄ ella for servida de alcançar do seu Bento filho saude para esta çidade, lhe fara hũa proçissão q̄ sayra pola manhã muyto çedo da nossa igreja de santo antonio, e na dita proçissão

(1) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 268.

se levara a sua imagem a dita casa, na qual yrão o presidente e vereadores e mais off.<sup>es</sup> (oficiais) da mesa e os cidadãos q̄ quiserem, descalços, e todos levarão suas varas na mão e cirios na outra, os quaes ficarão de esmola a mesma casa: e a mesa yra sem nada na cabeça, e na capela se porá a divisa da çidade, cõ hũ letreiro da causa por q̄ se fez, e no ornam.<sup>to</sup> se porá a mesma divisa; e outro si promete a çidade q̄ esta procissão se fara perpetuam.<sup>te</sup> em cada hũ ano, no mesmo dia em que se fizer a prim.<sup>a</sup>, e no letreiro, q̄ se puser na capela, se declarara tãobem esta obrigação, e o ir a çidade descalça se promete por esta prim.<sup>ra</sup> vez, por q̄ os q̄ vierem farão como lhe parecer no ir descalços som.<sup>te</sup> E a esta prim.<sup>ra</sup> procissão yra o presidente e os mais off.<sup>es</sup> da mesa confessados, para na missa que se diser, tomarẽ o santo sacram.<sup>to</sup>, e até o cabo dela estarão descalços».

A êste voto associaram-se os representantes dos officios com a seguinte declaração:

«O Povo he contente de asinar na promessa q̄ a cidade tem prometido p.<sup>a</sup> nosa snr.<sup>a</sup> da Penha de frança, no q̄ toqua só á Cappela Mor e Retabolo e ornamentos p.<sup>a</sup> se selebrarẽ os officios divinos, em o qual se podera guastar simco ou seis mil cruzados som.<sup>te</sup>, e mais não, com declaração q̄ no arco da Capella se fasa menção de como o povo deu esta esmola». (1)

Af por fins de Julho, segundo fr. Luiz de Sousa na sua *História de S. Domingos*, o mal da peste declinára, julgando-se «o trabalho por acabado». Desta persuasão nasceu immediatamente o propósito de começar-se a pagar, sem perda de tempo, a promessa feita e assim, logo a 5 do mês seguinte, dia de Nossa Senhora das Neves, se fez a primeira procissão.

Os registos paroquiais da Sé noticiam-nos assim o acontecimento:

«Dia de N. Sõra das Neves [5 de Agôsto de 1599] pella manhã o cabido da See de Lx.<sup>a</sup> e a camara da dita forão descalços en procissão

(1) L.<sup>o</sup> II do Provimento, etc., fl. 48.

a nossa sôra da penha de França q̄ está na freg.<sup>3</sup> dos Anios (Anjos), e ouve comunhão, e pregação, e missa». (1)

Alguns dias depois, os registos da Sé, dão-nos mais uma notícia relativa à peste e que é a última que a êsse respeito ali se encontra:

«Neste dia [29] q̄ foi domingo derrad.<sup>ro</sup> de Agosto [de 1599] se disse missa cantada em S. Sebastião da padaria, e se alevantou a bandeira da saude per o doutor Anriq. da sylva, provedor da saude, e o Arçediago L.<sup>co</sup> Mourão, (2) q̄ disse a missa». (3)

Mas vem outubro e com êle, de novo, o recrudescimento do mal, para só se extinguir de todo em 1603.

No ano seguinte, em cumprimento do voto feito pela Câmara em nome da população da cidade, começou-se a obra da capela-mor da igreja da Senhora da Penha de França, continuando a procissão a fazer-se anualmente até ao advento do constitucionalismo. Ultimamente chamavam-lhe *dos ferrolhos*, porque algumas das pessoas que se incorporavam nela, esquecendo o respeito que a si próprias deviam, se entretinham a correr os ferrolhos das portas das casas por onde passavam. (4)

(1) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 145.

(2) Êste arcediago da Sé, foi o mesmo que cantou a missa na ermida da Senhora da Penha de França, quando no princípio dêsse mês se fizera a procissão e também o que ficára como depositário das esmolas que nesse dia foram lá recebidas. — *Santuário Mariano*, vol. I, pág. 160 da 2.<sup>a</sup> ed.

(3) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 145.

(4) Sôbre a igreja e o convento da Penha de França e a *procissão dos ferrolhos*, veja-se: *Águia na Penha renovada nas memórias de seus princípios, etc.*, de fr. Carlos de Melo, *Santuário Mariano*, de fr. Agostinho de Santa Maria, vol. I, pág. 155 e seg. da 2.<sup>a</sup> ed., *Notícia histórica da venerada imagem de Nossa Senhora da Penha de França*, de Fernando A. J. de Araújo, *Corogr. Port.*, vol. III, págs. 295 a 295 da 2.<sup>a</sup> ed., *Suplemento*, de Manuel da Conceição, no *Sumário, etc.*, de C. R. de Oliveira, pág. 145, *Mapa, etc.*, vol. III, págs. 135 e 136 da 2.<sup>a</sup> ed., *Relaçam em que se trata, e faz hã breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa, etc.*, pág. 32, *Monumentos sacros de Lisboa*, de Luiz Gonzaga Pereira, pág. 9, *O terremoto de 1.º de Novembro de 1755*, de Francisco Luiz Pereira de Sousa,

*Assassinatos, suicídios e desastres.**Assassinatos :*

«Aos 12 q̄ foi o 2.º domingo de Abril [de 1592] matarão Aires da sylvã f.º do Regedor, e cunhado de F.º Correia de Bellas, e falleceo a terça a tarde seguinte, e enterrarão no en S. D.ºs aos 15 q̄ foi 4.ª feira, são culpados nisto os da Nao São Pantaleão, q̄ vai pera a Índia». (1)

*Nota* — Em 1592, de facto, seguiu para a Índia a nau S. Pantaleão, que fazia parte da armada de Francisco de Melo Canaveado e que era capitaneada por Rodrigues de Távora. (2)

O pai do assassinado era o regedor das Justiças Fernão da Silva, e Francisco Correia, casado com sua filha D. Ana da Silva, foi o 4.º senhor de Belas e alcaide-mor de Vila Franca.

\* \* \*

«Neste dia [25 de Maio de 1594] enforquaram em Sancta Barbora hũ manço q̄ não seria de vinte annos, q̄ dizia o pregão, q̄ o mandava el Rey enforquar, por facinoroso, en matar homens, e por outros delictos. e dizião todos comũmente, q̄ matara quinze ou dezasseis homẽs, todos por sua mão a ferro, e a traição sua mãe, mora nesta freg.ª nas casas do físico Moor o Manço chamavão foão Barbosa». (3)

vol. III, págs. 661 e 662, *Sumário de vária história*, de Ribeiro Guimarães, vol. I, págs. 216 e seg., *Portugal Antigo e Moderno*, de Pinho Leal, vol. IV, págs. 251 e seg., *Elementos, etc.*, vol. I, págs. 487 e seg., em nota e vol. IX, pág. 511, *Lisboa Antiga*, vol. III, pág. 305, da 2.ª ed., *Arq. Pitoresco*, vol. III, págs. 192 e seg. e vol. VI, págs. 70 e 71, artigo de I. de Vilhena Barbosa, *Anais do Municipio de Lisboa*, ano de 1856, pág. 67 e 75, *O Século*, de 6 de Agôsto de 1905, *Diário de Notícias*, de 27 de Agôsto de 1937 e *A Voz*, de 6 de Setembro de 1937.

(1) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 65.

(2) *Compêndio Universal de todos os Vice-reis, etc.*, pelo p.º Manuel Xavier, pág. 56, em *Os Portugueses no Mar*, de Quirino da Fonseca, pág. 441.

(3) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 77.

*Nota* — As casas do físico-mor, que por aquele tempo era Fernão Rodrigues Cardoso, <sup>(1)</sup> ficavam na antiga rua dos Cónegos. <sup>(2)</sup> desaparecida com o terremoto de 1755. Por esta razão, de 1595 a 1606 designou-se parte desta via pública, segundo supomos, por *rua do Físico-mor* ou *do Senhor Físico-mor*. <sup>(3)</sup>

Fernão Rodrigues Cardoso faleceu nestas casas em 20 de Junho de 1608, <sup>(4)</sup> já viúvo de D. Catarina, falecida em Sintra no dia 10 de Agosto de 1603. <sup>(5)</sup> Nestas casas tinham também falecido o dr. Pedro Cardoso, prior da igreja de Alberninha e irmão do físico-mor, em 14 de Fevereiro de 1603 <sup>(6)</sup> e Gaspar Pereira, juiz dos órfãos, em 12 de Abril de 1604. <sup>(7)</sup>

\* \* \*

«Aos 9 [de Agosto de 1595] bescpora de S. Lourenço degollarão por Justiça na Rybeira a Donna Luisa porq. matou seu marido en Abrantes, por amor do juiz da dita villa, e o dito seu marido era juiz en a villa de Tranquozo e foi iuiz en Syntra». <sup>(8)</sup>

*Nota* — Falando das pessoas que sempre souberam cumprir com a palavra dada, Miguel Leitão de Andrada, refere-se assim a esta condenada: «... como D. Luiza que estando preza no Limoeiro, pola morte do marido, que era juiz de fóra, por se achar que o que lhe succedera no officio, succedera em tudo e indo ella com a molher do carcereiro a S. Martinho na noite de quinta feira de endoenças, sobre sua fé, lá lhe forão dar a nova como estava sentenceada á morte, que

<sup>(1)</sup> Tratam dêste médico, Diogo Barbosa Machado, na *Bibl. Lusitana*, vol. II, pág. 48, que por sua vez indica outros biógrafos e Silva Carvalho em *Médicos e Curandeiros*, pág. 45.

<sup>(2)</sup> *Reg. etc.*, Vol. II, pág. 432.

<sup>(3)</sup> *Idem*, págs. 88 e 481.

<sup>(4)</sup> *Idem*, pág. 489.

<sup>(5)</sup> *Idem*, pág. 469.

<sup>(6)</sup> *Idem*, pág. 467.

<sup>(7)</sup> *Idem*, pág. 472.

<sup>(8)</sup> *Idem*, pág. 88.

se deixasse ficar no sagrado. E ella se tornou á prizão, donde logo foi degolada. . .».

O juiz da vila de Abrantes era Paulo Gomes de Lemos e foi degredado para o Brasil. (1)

\* \* \*

«Aos 22 deste Setembro de 601 a Boqua da noite na freg.<sup>a</sup> de São Joseph iunto a igreja da Anunciada matarão cõ hũa espingarda a Ant.<sup>o</sup> de Mello casado cõ hũa f.<sup>a</sup> de Fernão da sylva era casado cõ hũa irmã de Fr.<sup>co</sup> Correa e era Alcaide môr delvas. Declaro q̄ era casado cõ hũa irmã da molher de Fr.<sup>co</sup> Correa». (2)

*Nota* — A filha de Fernão da Silva, regedor das Justiças, também «irmã da molher de Fr.<sup>co</sup> Correa», era D. Margarida da Silva. O assassinado, casado em segundas núpcias com esta senhora, foi filho de Rui de Melo, que também tinha sido alcaide-mor de Elvas, e de D. Isabel de Menezes, que depois de enviuar se casou com o conde de Castelo Melhor.

Na alcaidaria-mor de Elvas succedeu seu filho Martim Afonso de Melo, que casou com a 2.<sup>a</sup> condessa de S. Lourenço, D. Madalena da Silva e que foi vice-rei da Índia, governador das armas do Alentejo e do Algarve, do Conselho de Estado, veador da fazenda, gentil-homem da câmara do Príncipe D. Pedro e senhor de várias comendas. (3)

\* \* \*

«Aos 18 deste Fev.<sup>o</sup> de 602 Matarão na porta do ferro, nesta freg.<sup>a</sup> a hũ fidalgo per nome F.<sup>co</sup> Corrêa de saa, o qual fr.<sup>co</sup> correa en

(1) *Miscelânea*, pág. 39, 2.<sup>a</sup> ed. — Da quinta feira de Endoenças até o mês de Agôsto, medeia o espaço de alguns meses, pelo que talvez Miguel Leitão de Andrada se tivesse enganado ao apontar aquele dia como se enganou ao indicar o ano que supunha ser o de 1596.

(2) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 462.

(3) Veja-se *Lisboa Antiga*, B. Orientais, vol. III, pág. 206, da 2.<sup>a</sup> ed., e *Corogr. Port.*, vol. II, págs. 356 e 357.

se sentindo ferido matou ao q̄ o feriu, e asy morrerão ambos, o fidalgo, está enterrado nesta See fez testamento de palavras. O outro, q̄ o matou está enterrado em São fr.<sup>co</sup> da cidade era fregues de São Gyão (S. Julião) f.<sup>o</sup> de luis vas ourives do Ouro, q̄ agora he mercador, o fidalgo era freguez do Loreto casado». (1)

*Nota* — A *porta do Ferro*, junto da qual se deram estes dois assassinatos, era uma das da muralha moura e abria-se no local onde hoje se estende o largo de Santo António da Sé, pouco mais ou menos junto do edificio onde esteve o *Crédito Predial* e que actualmente está ocupado por várias repartições do Exército. Foi alargada no tempo de D. Manuel I em razão de dois alvarás expedidos nesse sentido em 2 e 12 de Janeiro de 1502 e foi demolida em 1782 para poder-se executar o plano da reedificação da cidade. A sua denominação provém, segundo parece, de ter sido chapeada de ferro, havendo no entanto quem defenda a opinião de que o nome lhe foi dado pelas *ferrarias* que ali poisavam perto. (2)

A esta porta chamou-se-lhe também *arco da Nossa Senhora da Consolação* — nome proveniente de uma ermida que com esta invocação se erguia sôbre ela — e parece que depois do terramoto se lhe chamou *arco de Santo António*: «...morador ao Arco de Santo António, freguesia de Santa Maria Madalena...» (3).

\* \* \*

«Aos dous dias do mes de fev.<sup>ro</sup> de mil seis centos e dezouto annos faleceo Antonia Nunes que seu marido Antonio Cardoso matou as estocadas per a achar de madrugada com com hū mancebo criado

(1) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 464.

(2) Sôbre a porta do Ferro, veja-se: *A Cerca Moura de Lisboa*, de A. Vieira da Silva, págs. 52 a 58, *Elementos, etc.*, vol. VIII, pág. 190, em nota, *Mapa de Portugal*, vol. III, pág. 209, *Lisboa Antiga*, B. Orientais, vol. I, pág. 245 da 2.<sup>a</sup> ed., *Demonstração Histórica*, de fr. Apolinário da Conceição, pág. 184, *Tombo de 1573*, no arq. da C. M. L., etc.

(3) *L.<sup>o</sup> VIII dos baptismos*, fl. 90, freg.<sup>a</sup> de S. Cristóvão.

de hũ foão (equivale a dizer-se hoje fulano) Siabra q̄ he guarda das sete Casas q̄ mora junto as Casas dos Sñrs Inquisidores no Ruxio, mandou o Siabra enterrar per dous negros nesta See». (1)

*Nota* — A alfândega das Sete Casas, citada no assento transcrito, era a repartição onde se despachava o vinho, o azeite, a fruta, o carvão, a lenha, a carne e os escravos que entravam na cidade. Em 1620 as *Sete Casas* tinham a sua instalação no lado oriental dos altos do edifício da Alfândega, situado no Terreiro do Paço, onde permaneceram até ao terramoto de 1755. Vinte anos depois ainda eram lembradas naquelas paragens, mas arrastando já o qualificativo de *Velhas*: «... moradores no sitio das Sete Casas Velhas...» (2).

\* \* \*

«Em quatorze de maio de 1678 matarão na Rua nova do Almada a hum homem per nome Constantino de Melo criado do Meirinho da Cidade o qual disserão ser casado na Beira, veyo a enterrar a See». (3)

*Nota* — Diremos duas palavras respeitantes à rua Nova do Almada. Havia já muitos anos que se consideravam insuficientes as ligações que existiam entre o Canal de Flandres e a calçada de Paio de Navais, ou, por outras palavras, entre a Calcetaria que deslizava no sopé do monte de S. Francisco no sentido do oriente e o convento do Espírito Santo, existente no local onde hoje vemos o edifício dos *Armazens do Chiado*. Porém, embora diàriamente se verificasse a necessidade de dotar aqueles dois pontos com uma ampla ligação entre si, principalmente por causa das contendias contínuas que nasciam da

(1) *L. V dos óbitos*, fl. 59.

(2) *L. I dos óbitos*, registo de 11 de Março de 1775, freg.<sup>a</sup> da Madalena. Para a alfândega das Sete Casas veja-se: *Grandezas de Lisboa*, de fr. Nicolau de Oliveíra, pág. 194, da ed. de 1804, *Relaçam em que se trata e faz hũa breve descrição dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa, etc.*, ano de 1625, *Corogr. Port.*, vol. III, pág. 455, *Elementos, etc.*, págs. 90, 95, 132 e 142 do vol. V, *A Ribeira de Lisboa*, Castilho, pág. 220, etc.

(3) *L.º VIII dos óbitos*, fl. 22 v.

prioridade da passagem dos coches e das liteiras que se cruzavam nas ladeiras íngremes, estreitíssimas e angulosas que por ali serpenteariam, havia uma dificuldade grande a vencer que não encontrava quem a enfrentasse com a necessária coragem de chegar ao fim: o grande dispêndio que uma obra dessas exigiria. (1)

Um dia tomou assento no lugar da presidência da câmara Rui Fernandes de Almada, que, segundo depois se pôde verificar, levava o propósito firme de dotar aquelas paragens da artéria que há tanto tempo se fazia precisa. (2)

Em 1665, logo a 2 de Janeiro, já a vereação resolvia deixar de preencher o lugar de arquitecto, vago pelo falecimento de Mateus do Couto, cortar as propinas que era costume dar quando se faziam as procissões do mês de Janeiro — a de S. Vicente e a de S. Sebastião — e também a do Corpo de Deus, assim como os quatro mil réis que se davam também aos almotacés das execuções, revertendo o que assim se forrava a favor do «gasto que se fizer com a rua que se intenta fazer no Canal de Flandres, por ser obra mui necessária e de grande importância para o serviço desta côrte». (3)

A empresa nunca mais é descurada: em 24 do mesmo mês de Janeiro, a vantagem da obra é exposta com tôda a clareza ao rei, a quem, ao mesmo tempo se pede um subsídio (4); em 11 de Fevereiro, declara o rei, que logo que o projecto da abertura da rua comece a executar-se fará mercê «de dois mil cruzados, por uma vez, no real de água, da carne e do vinho, no decurso de um ano» (5); em 28 do mesmo mês, comunica-se a D. Afonso VI as resoluções tomadas pela vereação na sua reunião de 2 de Janeiro, já mencionadas acima, com as quais o rei concorda, agradecendo muito «ao senado o zêlo com que dispôs êste negócio, procurando meios de se fazer com menos des-

(1) *Mercúrio Português*, de 13 de Maio de 1665 e consulta da câmara a D. Afonso VI em 24 de Janeiro do mesmo ano, em *Elementos, etc.*, vol. VI, pág. 532.

(2) *Mercúrio Port.*, idem.

(3) *L.º IV dos Assentos do Senado*, fl. 180, em *Elementos, etc.*, vol. VI, pág. 529.

(4) *L.º III de consultas e decretos de D. Afonso VI*, fl. 26, idem, pág. 532

(5) *Idem*, fl. 25, idem, pág. 533.

peza»<sup>(1)</sup>; em Novembro, a obra já principiada há muito, teve de parar por nascerem dúvidas sobre se a câmara deveria ou não pagar ciza das importâncias com que adquiria os edificios expropriados, razão por que em 25 do referido mês se expôs o caso a D. Afonso VI, pedindo dispensa desse pagamento «porque doutra sorte, não será possível continuar com a obra»<sup>(2)</sup>; em 22 de Junho do ano seguinte, pelo motivo das despesas da câmara terem aumentado muito, principalmente por causa dos preparativos dos festejos que se haviam de fazer quando D. Maria Francisca Isabel fizesse a sua entrada pública em Lisboa como rainha de Portugal, pedia-se ao rei autorização para se vender determinada importância em juro ou em foros, dos rendimentos da cidade<sup>(3)</sup>; em 6 de Julho imediato veio a autorização real, para que se pudessem vender vinte mil cruzados naquelas condições,<sup>(4)</sup> e algum tempo depois a nova rua concluiu-se.

Em honra de Rui Fernandes de Almada, que com tanto entusiasmo meteu ombros à empresa e que depois com tanta persistência a fez andar, «quiz o senado que a rua ficasse com seu nome, e se chama a rua *Nova do Almada*», dizia o *Mercúrio Português*<sup>(5)</sup>, ainda antes da rua concluída. Assim, o nome desta artéria representa pois a primeira homenagem oficial que no género se fez em Lisboa, homenagem que foi a antecessora longínqua de tantas e tantas que se fizeram depois no século XIX e no actual, muitas vezes em prejuizo de nomes agarrados ao local desde séculos e que deveriam ter merecido o respeito das edilidades que têm passado pelos Paços do Concelho.

Sobre o fim que teve Rui Fernandes de Almada, lê-se num artigo publicado no *Diário de Notícias*:<sup>(6)</sup>

«Só falta saber que o ilustre fidalgo e conspícuo vereador que mais [tarde?] se tornou parcial muito dedicado do infeliz Afonso VI, foi depois vítima duma cilada por motivo dessa dedicação.

(1) *L.º III de consultas e decretos de D. Afonso VI*, fl. 35, *idem*, pág. 541.

(2) *Idem*, fl. 74, *idem*, pág. 575.

(3) *Idem*, fl. 77, *idem*, pág. 595.

(4) *Idem, idem*, pág. 594.

(5) De 13 de Maio de 1665.

(6) De 25 de Dezembro de 1904.

«O Infante D. Pedro, depois rei, acompanhado de alguns dos seus sequazes, foi esperá-lo uma noite ao entrar para casa, e deixou-o por morto na rua. Outro tanto aconteceu na mesma ocasião a Salvador Correia de Sá e Benevides, o herói de Luanda, que ia com êle e também tinha nota de partidário de Afonso VI».

Detenhamo-nos agora ante um caso que teve a sua graça e que se desenrolou aqui na rua Nova do Almada:

O inverno de 1703 ia rigoroso e ajudava eficientemente a escalar as calçadas, que habitualmente eram escalavradas pelo rodar das carruagens da gente poderosa e nobre. Uma das ruas que mostrava ter mais necessidade de arranjo era justamente a rua de que nos vimos ocupando.

Deitadas mãos à obra, para que ela corresse convenientemente, assentou-se que o melhor seria proibir o trânsito de veículos pela artéria, enquanto a sua pavimentação não estivesse concluída. E a rua foi *trancada*.

Era a primeira vez que isto se fazia.

Ora o dia 4 de Março de 1703 — quando a obra ainda mal estava começada — caiu a um domingo, porém, a-pesar-de dia santificado, como o leito da serventia estava quasi intransitável e era mister arranjá-lo o mais rapidamente possível por se tratar duma rua que normalmente tinha grande movimento, foi determinado superiormente que os calceteiros, não só trabalhassem nesse domingo, como em todos os outros que se seguissem, assim como nos dias santos de guarda, até conclusão final da empreitada. E os operários, ao aparecer o Sol, para lá foram trabalhar, depois de terem tido o cuidado de *trancar* a rua.

A manhã passou-se sem novidade, mas, logo ao princípio da tarde, num dos extremos da rua apareceu a liteira da marquesa de Unhão.

— A liteira da senhora marquesa precisa passar — disse o liteireiro.

— A liteira da senhora marquesa não pode passar. Bem se vê a rua da sorte que está — disseram os oficiais calceteiros.

Mas o liteireiro não esteve com mais aquelas: pegou numa grande pedra, deu com ela nas madeiras que vedavam a passagem despregando-as umas das outras e ficou com o caminho desimpedido. A liteira passou e os calceteiros ainda ouviram o atrevido condutor dizer:

— Para esta liteira não há impedimento na rua . . .

Bernardino de Andrade, escrivão das obras da cidade, que assistia com o vedor delas, Francisco Tavares da Silva, aos trabalhos que se estavam fazendo na rua, susteve a ira, coçou a cabeça e mandou outra vez *trancar* a serventia.

Mal se tinham acabado de pregar as últimas madeiras, desponta o coche do conde da Ericeira.

— O coche do senhor conde da Ericeira precisa passar — disse o mochila.

Ouviu a mesma resposta que ouvira o liteireiro da marquesa de Unhão e tal qual fêz êste, assim êle fêz : deitou as madeiras por terra e passou com o coche ao mesmo tempo que gritava :

— ¡ Os frijas da câmara andam trancando as ruas mas tudo há-de ir abaixo com os diabos !

O escrivão das obras susteve ainda a ira, coçou outra vez a cabeça, passou a mão pelo queixo e lá voltou a mandar *trancar* a rua. Trabalho baldado.

Desta vez era uma das filhas de D. Lourenço de Almada que vinha na sua carruagem. A mesma cena, as mesmas madeiras por terra, a mesma insolência dos lacaios.

Era de mais. A paciência do escrivão esgotou-se, mandou levantar os calceteiros da obra e êle próprio vai direitinho à cata do presidente da Câmara, que então era o conde de Aveiras, e conta-lhe o sucedido.

O conde pensa um pouco no caso, depois manda recolher as madeiras que constituíam o corpo do delicto e ordena para que a obra fique suspensa até ordem sua em contrário. No dia 10 do mesmo mês de Março fêz a el-rei uma exposição pormenorizada do que se passou e seis dias depois o presidente da Câmara era informado de que D. Pedro II mandára proceder contra os culpados. As obras continuaram então. (1)

---

(1) L.º XIII de consultas e decretos de D. Pedro II, fl. 13 e 14, em *Elementos, etc.*, vol. X, págs. 166 a 168. Pela mesma ocasião deu-se outro caso parecido na calçada de Santa Ana que também estava em reparação. Aqui, foi um fidalgo morador no sítio que de noite mandou arrancar as madeiras e que depois as guardou em sua casa. — *Idem, idem.*

! O que fazem inovações! Hoje qualquer motorista ou carroceiro, conduzindo o seu automóvel ou a sua carroça, ao deparar-se-lhe o clássico letreiro

É PROIBIDA A PASSAGEM  
DE VEÍCULOS POR ESTA RUA

lá retrocede, ou enfia por outra artéria sem lhe passar pela cabeça infringir o disposto naquela tábua de letras pintadas; no princípio do século XVIII, com a rua vedada de lés-a-lés, derrubavam-se as madeiras, passava-se e insultavam-se os *frijas* da Câmara, porque até aí não se tinha usado vedar-se o trânsito de veículos nas serventias públicas onde se estava reparando o seu pavimento. . .

E já agora digamos que não foi só esta a inovação que sobre o trânsito de veículos foi imposta por este tempo, das cadeiras da vereação do município de Lisboa. Esta entrara de ponderar a sério no problema do calcetamento das serventias públicas, especialmente das alcantiladas por serem as que mais a miúde necessitavam de reparação e verificou então que, além das grandes chuvadas, a causa principal que transformava as calçadas citadinas em córregos suburbanos, eram os carros de carga. Verificado o facto, proibiu-se imediatamente o trânsito de veículos de carga em certas artérias da cidade, figurando entre elas a rua Nova do Almada, conforme se vê na postura camarária que determinava que «nenhum carro poderá carrear pelas ditas calçadas da rua Nova do Almada nem do Chiado (nem também da rua dos Ourives do Ouro segundo se declara depois), e só o poderão fazer pelas calçadas de S. Francisco até Cata-que-farás, calçada da Glória e do Combro, e mais ruas que não forem as referidas que agora se proibem pela causa declarada». O infractor pagaria dois mil réis de multa, metade para o cofre municipal e metade para o denunciante, além de ter de ficar prêso durante oito dias. <sup>(1)</sup>

Esmiuçar a história da rua Nova do Almada seria encher um enormíssimo capítulo, ou melhor, seria compor um livro. Ficará, por-

---

<sup>(1)</sup> L.<sup>o</sup> das posturas, taxas, etc., fl. 156

tanto, a tarefa para outra ocasião, podendo-se desde já garantir ao leitor, que a história da rua é interessante e rica.

Por agora, para dar dela uma simples ideia e como remate a esta nota, diremos que em 1753 a largura da importante artéria, dado o movimento que por ali havia, era já insuficiente, principalmente na sua parte superior, pelo que se começou a estudar a expropriação de quinze edifícios; que em 1755 se decidiu fazer um empréstimo para custear o seu alargamento já estudado e aprovado; que o terremoto e o incêndio que se lhe seguiu dispensaram a Câmara de fazer as demolições previstas, proporcionando-lhe até que no sítio onde a rua corria, se abrisse outra com a mesma direcção, mais larga do que a que se projectara; que à sua beira se levantavam os conventos da Boa-Hora (onde hoje é o tribunal) e o do Espírito Santo (onde hoje são os *Armazens do Chiado*), qualquer dêles, principalmente o segundo, com sua história cheia de interesse; que houve nela três grandes incêndios, um ainda antes do terramoto e que devorou as moradias de cinquenta e tantas famílias, outro nos meados do século passado num edifício que tinha uma das frentes para a rua da Conceição e que ficou quasi consumido, e o último no palácio Barcelinhos, onde fôra o convento do Espírito Santo e que ficou reduzido às paredes mestras; que nela existem estabelecimentos seculares ou quasi, cada um com as suas tradições e a sua história; que se levanta hoje à suailharga, vinda depois do terramoto da rua Nova, a paroquial da Conceição, que só por si tem história para alguns capítulos enormíssimos; que de vez em quando, serviu a rua de poiso às damas da *alta galantaria* que ofereceram ao local alguns episódios e sucessos que a seu tempo se farão reviver; e que por fim, entre muitos nomes de pessoas de destaque que nela moraram e entre muitas coisas que nela sucedaram e que há para contar, perdeu aqui a vida, num desastre, o conde de Camaride:

*«O conde de Camaride  
(Por dispensar o cocheiro)  
Morreu desastrosamente . . .  
Sem ser pintor nem pedreiro!».*

Diz o mote extravagante duma canção popular.

\* \* \*

Um registo que se refere aos motins havidos em Lisboa no dia da entrada das tropas liberais:

«Aos vinte e quatro de Julho do ano de mil oitocentos e trinta e tres, no sitio do Chiado faleceu da vida presente sendo assassinado tumultuariamente Onofre José, casado com Angelica Rosa, morador que era no beco do Jardim distrito desta freguesia da Sé Metropolitana da cidade de Lisboa e foi conduzido ao Cemitério Publico pela Misericórdia desta Cidade». (1)

*Nota* — Êste assento está exarado entre os de 8 de Agôsto e 13 de Setembro de 1839.

O beco do Jardim é o actual beco do Arco Escuro, à rua das Canastras.

\* \* \*

#### *Suicídios:*

«Aos 20 dias deste Fevr.º de 596 has synco horas pera as seis de pella manhã, tangendosse as Matinas, se lançou pella ianela fora na Rua o padre Miguel frz capellão desta Seè e capellão de nosa sôra da porta do ferro, e logo morreo, e foi enterrado dentro na See, cõ se fazer prim.º sumario, de como andava alienado do iuizo, e a ianella per onde se lançou he a mais alta q̄ esta asynda da igreja de nosa sôra». (2)

*Nota* — «nosa sôra da porta do ferro» era a ermida depois chamada de Nossa Senhora da Consolação e que já atrás dissemos levantar-se sôbre a porta do Ferro. Alexandre Herculano, que muito investigou e que compôs os seus trabalhos sôbre o produto dessas

(1) *L.º XVI dos óbitos*, fl. 96 v.

(2) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 92.

investigações, dá a ermida como já existente no tempo de D. João I. <sup>(1)</sup> Pela nossa parte, a mais remota indicação que até hoje encontramos dela data do tempo em que o infante D. Fernando, irmão do rei D. Duarte I, fez o seu testamento (1457): «Item mando duas vestimentas de damasquim branco compridas com almatigas. (a saber) huma a Santa Maria da Porta do Ferro, e outra a Santa Maria das virtudez». <sup>(2)</sup> Nesta ermida, a Santa Casa da Misericórdia mandava celebrar uma missa sempre que os condenados que iam para o suplício passassem pela porta do Ferro e isto para que êles pudessem adorar a Deus pela última vez. <sup>(3)</sup> Desapareceu com o terramoto. <sup>(4)</sup>

\* \* \*

«Aos 6 de Maio de 1812 faleceu sem Sacramentos por se deitar de huma Janella abaixo Joaquina Maria, solteira, moradora em casa de António Gonçalves Xaves na Rua de S. João da Praça». <sup>(5)</sup>

*Nota* — Antes do terramoto, esta artéria, ou parte dela, denominou-se também *rua Direita de S. João*, <sup>(6)</sup> *Direita dos Canos*, <sup>(7)</sup> *do Conde de Portalegre, do Conde de Santa Cruz e do Marquês de Gouveia*.

\* \* \*

«Aos 9 de Agosto de 1817 faleceu sem Sacramentos por se deitar

<sup>(1)</sup> *O Monge de Cister*, vol. I, pág. 252, ed. de 1918.

<sup>(2)</sup> *Colecção dos documentos com que se autorizou as memórias d'el-rei D. João I* — José Soares da Silva.

<sup>(3)</sup> Extracto do *compromisso de 1618* da Misericórdia, em *A Santa Casa da Misericórdia*, de Vitor Ribeiro, págs. 103 e 104.

<sup>(4)</sup> Sobre a ermida veja-se ainda: *Corog. Port.*, vol. III, págs. 394 e 395 — ed. de 1869, *Mapa, etc.*, vol. III, pág. 209, ed. de 1870, *A Cerca Moura de Lisboa*, A. Vieira da Silva, págs. 53 e 54, *Demonstração histórica*, de fr. Apolinário da Conceição, pág. 184, *Santuário Mariano*, vol. I, págs. 255 a 257 da 2.<sup>a</sup> ed.

<sup>(5)</sup> *L.º XV dos óbitos*, fl. 36 v.

<sup>(6)</sup> *Corog. Port.*, vol. III, pág. 272.

<sup>(7)</sup> *L.º XIII dos baptismos*, fl. 127 — freg.º da Sé

a afogar ao Mar, Manoel José da Cruz, casado com Margarida Rosa da Cruz morador na Rua de S. João da Praça». (1)

\* \* \*

Onze anos depois chega a vez ao filho do suïcida antecedente :

«Aos 22 de Setembro de 1828 faleceo . . . sem Sacramentos por atirar com sigo de huma Janella abaixo João José da Cruz, solteiro, filho que ficou de Manoel José da Cruz e de Margarida Rosa da Cruz, morador na rua de S. João da Praça em casa de M.<sup>el</sup> Theotonio de Sousa Monteiro . . .». (2)

\* \* \*

O gradeamento que circunda a parte do largo da Sé que está a grande altura da travessa de Santo António da Sé, é relativamente moderno, e, se a memória nos não atraiçoa, lêmos algures que êle fôra mandado ali pôr, principalmente por causa dos suïcídios que all se davam. O registo que segue refere-se justamente a um dos ocorridos ali :

«Aos dois dias de Julho do anno de mil oitocentos e sessenta e sete pelas cinco horas da manhã precipitou-se do largo da Sé ao Beco de Santo Antonio (3) falecendo instantaneamente Antonio Francisco Ferreira, solteiro, natural da Lourinhã, e precedendo licença do Ex.<sup>mo</sup> Prelado foi conduzido seu corpo para o cemiterio publico». (4)

*Nota* — Quatro anos e meio depois, outro suïcida escolheu o mesmo processo, embora em último extremo tivesse de recorrer a outro :

---

(1) L.<sup>o</sup> XV dos óbitos, fl. 88.

(2) *Idem*, fl. 171.

(3) Qualificado actualmente como travessa.

(4) L.<sup>o</sup> XVII dos óbitos, fl. 94.

«Aos 14 dias do mes de Março de mil oitocentos e setenta e dois pelas nove horas da manhã, no largo da Sé Patriarcal, e Freguesia da mesma Sé, suicidou-se Manuel de Magalhães, solteiro, de trinta e quatro annos de idade, comerciante, natural de Cabeceiras de Basto, morador na Rua Bella da Rainha desta capital numero duzentos e oitenta, quarto andar, filho de José Maria de Magalhães, e ignora-se a Mãe, e foi sepultado no seguinte dia no cemitério publico, sendo seu enterro de sege e caixão á cova». (1)

Noticiando o acontecimento, diz o *Diário de Notícias*: (2)

«Um successo verdadeiramente trágico, consternou ontem, no lugar da Sé, quantos o presencaram. Seriam 9 horas da manhã, um sugeito muito conhecido na baixa, o sr. Manuel de Magalhães, sócio da loja de chá da rua da Prata, 278 e 280, tentou precipitar-se da muralha que dá para a rua das Canastras, (3) e como se sentisse nesse momento agarrado por uma mulherzinha que correu para salvá-lo, tirou da algibeira uma navalha de barba e degolou-se, caindo imediatamente morto e banhado em sangue».

\* \* \*

*Desastres :*

«[Em 20 de Setembro de 1573] faleceo duarte serrã ã cahio duma janella e loguo morreo sē falar e se enterrou na see». (4)

\* \* \*

«Aos 6 [de Junho de 1594] falleceo D.<sup>os</sup> f.<sup>o</sup> de P.<sup>o</sup> frz o syneiro cahiu da torre a Baixo». (5)

(1) *L.º XVII dos óbitos*, fl. 122.

(2) De 15 de Março de 1872.

(3) Aliás travessa de Santo António da Sé. A rua das Canastras corre ao fundo desta travessa.

(4) *Reg., etc.*, vol. II, pág. 78.

(5) *Idem*, pág. 139.

\* \* \*

«Aos Vinte e dous deste maio de 633 Aconteceo Domingo no pateo do Sñr. Arcebispo Dom João Manoel dando-se esmola aos pobres caio o mainel da escada q̄ Vai pera o pateo debaixo, e matou Vinte e nove pessoas entre homens e mulheres e duas meninas de oito annos cadahũa, estão enterrados na Crasta desta See, e forão feridos ao hospital doze de logo morrerão Alguns». (1)

*Nota* — Os paços episcopais ficavam contíguos à Sé, caindo as suas fachadas sôbre a actual rua Augusto Rosa, a qual era a principal, sôbre o beco do Quebra Costas e sôbre as Cruzes da Sé. O pátio dêstes paços, durante muito tempo e desde 1655, pelo menos, foi indicado nos registos paroquiais, como serventia pública e denominavam-no *do Arcebispo*, ou *do Senhor Arcebispo*. (2) O largo fronteiro à fachada norte dos paços e que chegou a 1755 com a denominação de *largo do Aljube* (3) chamou-se também *largo do Paço dos Senhores Arcebispos* (4)

\* \* \*

«Aos vinte e nove de maio de 633 faleceo D.º o manta de Alcinha criado do Sineiro oqual andando pondo fogo a hũ barris na torre da Garrida caio della e logo faleceo esta nesta See». (5)

\* \* \*

Outros registos há que se referem a desastres, todos succedidos a pessoas que caíram de janelas. Não os reproduzimos por serem falhos de qualquer interêsse.

(1) *L.º VI dos óbitos*, fl. 61.

(2) *L.º IX dos baptismos*, fl. 60 v.

(3) *Mapa*, vol. III, pág. 213.

(4) *L.º X dos óbitos*, fl. 88 v. — Para a história dos paços episcopais veja-se: *Lisboa Antiga* — B Orientais, vol. VI, págs. 185 e 212 a 214 da 2.ª ed., *Elementos, etc.*, vol. VIII, pág. 192, em nota e *Arq. Pitoresco*, vol. V, pág. 327 e vol. VI, págs. 57 e 58, artigos de I. de Vilhena Barbosa.

(5) *L.º VI dos óbitos*, fl. 61.

\* \* \*

*Arcebispos :*

«Ao prim.<sup>o</sup> de Junho de 625 faleceu o Sñr Arcebispo Dom Miguel de Castro, está enterrado nesta See os Sñrs Dom D.<sup>o</sup> de Castro, Dom Miguel de Castro e Dom L.<sup>o</sup> de Castro são testamenteiros». (1)

*Nota* — D. Miguel de Castro nasceu em Évora e foi quinto filho de D. Diogo de Castro, capitão daquela cidade e mordomo-mor da Princesa D. Joana de Áustria, mãe de D. Sebastião, e irmão de D. Fernando de Castro, 1.<sup>o</sup> Conde de Basto. Foi prior da igreja de S. Cristóvão, de Lisboa, inquisidor do Santo Officio, também na capital (1566), deputado do conselho geral da mesma Inquisição (1577), bispo de Vizeu de 1579 a 1585, ano em que foi nomeado arcebispo de Lisboa e por fim vice-rei de Portugal desde Junho de 1615 a Março de 1617. «Foy geralmente lamentada a sua morte não somente pelos pobres, dos quaes era amoroso Pay, mas de todas as Familias Religiosas, que com exemplo nunca visto lhe dedicarão pelo espaço de oito dias solemnes exequias com Panegyricos funebres na Cathedral de Lisboa, em que se relatarão as virtudes heroicas de tão vigilante Prelado», diz Barbosa Machado. (2)

\* \* \*

«Aos tres dias do mes de Junho de seis centos e trinta faleceu o

(1) *L.<sup>o</sup> VI dos óbitos*, fl. 15.

(2) *Bibl. Lusitana*, vol. III, pág. 463 da 2.<sup>a</sup> ed. Tratam dêste arcebispo: p.<sup>e</sup> Carvalho da Costa, em *Corogr.*, vol. I, pág. 128 e vol. III, pág. 244; Rebelo da Silva, em *Hist. de Portugal*, vol. III, pág. 262; p.<sup>e</sup> Bap. de Castro, em *Mapa*, vol. III, pág. 84, da 2.<sup>a</sup> ed.; D. Ant. Caetano de Sousa, em *Hist. Geneal.*, vol. VI, pág. 294; Fortunato de Almeida, em *Hist. da Ig. em Portugal*, vol. III, parte II, págs. 347, 849 e 937; Inocêncio, em *Dic. Bibliogr.*, vol. II, págs. 70 e 105 e vol. VI, pág. 251; Cordeiro de Sousa, em *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, pág. 55; Castilho, em *Lisboa Antiga*, B. Orientais, vol. VI, pág. 150, da 2.<sup>a</sup> ed.; e outros autores citados por Barbosa Machado na obra e pág. citadas.

Sñr Arcebispo Dom Afonso furtado de Mendonça esta enterrado na capella mor desta See os Sñrs seos sobrinhos são testamenteiros». (1)

*Nota* — D. Afonso Furtado de Mendonça foi deão da Sé de Lisboa, reitor do colégio de S. Pedro, em Coimbra (1592), reitor da Universidade (1597), nomeado para o conselho de Estado de Portugal em 1605, para presidente da Mesa de Consciência e Ordem em 1608, escolhido para bispo da Guarda em 1609, para bispo de Coimbra em 1615, para arcebispo de Braga em 1618, para arcebispo de Lisboa em 1626, lugar que só ocupou em maio do ano seguinte, quando já era governador de Portugal em nome de Filipe III de Espanha.

Segundo Baptista de Castro, o desacato de Santa Engrácia, a que já atrás nos referimos, teve grande influência na morte dêste arcebispo: «e este delicto penetrou de sorte o sentimento do vigilante prelado, que suposto ordenou para desagravo do Sacramento muitas, e muitas grandes festas, com tudo d'esta sacrilega acção teve origem a sua morte pois em breve tempo vio acabar a vida . . .».

Sobre a data do seu falecimento uns autores dão a de 2 de Junho e outros a de 2 de Julho. (2)

\* \* \*

«11 de Maio [de 1633] entrou nesta cidade o Sñr Dom João Manuel Arcebispo desta Cidade e viso Rei de Portugal.

13 tomou posse deste Arcebispado.

Ao prim.<sup>to</sup> de Junho de 633 levarão da See o S.<sup>mo</sup> Sacram.<sup>to</sup> ao Sñr Arcebispo Dom João M.<sup>el</sup>.

Aos dous lhe levarão a e.<sup>a</sup> Unção da Igreja de São Julião.

(1) *L. VI dos óbitos*, fl. 43 v.

(2) Para a biografia de D. Afonso Furtado de Mendonça, veja-se: *Dic. Bibliogr.*, vol. I, pág. 9; *Mapa, etc.*, vol. III, págs. 85 e 86; *Bibl. Lusitana*, vol. I, pág. 56; *Hist. de Portugal*, de Rebelo da Silva, vol. III, págs. 366 e seg.; *Hist. Ecclesiástica de Braga*, de D. Rodrigo da Cunha, pág. 465; *Hist. da Igreja em Portugal*, vol. III, parte II, págs. 749, 765, 818 e 849; e *Corog. Port.*, vol. III, pág. 244, além das obras indicadas por Barbosa Machado na *Bibl.*, vol. e pág. citados.

Aos quatro faleceu esta enterrado no mosteiro de São fr.<sup>co</sup> dos terseiros». (1)

*Nota* — D. João Manuel que fôra também bispo de Vizeu e de Coimbra, foi filho de D. Nuno Manuel, senhor das vilas da Atalaia, Tancos e Sinzeira, e alcaide-mor de Marvão e de D. Joana de Ataíde, filha do 1.º conde de Castanheira. Foi irmão do 1.º e do 2.º condes da Atalaia. D. João Manuel viera da côrte de Madrid e havia recebido, em abril, das mãos de Filipe III, o título de vice-rei de Portugal, cargo de que tomou posse em Maio, depois de ter sido exonerado de governador do reino o conde de Castro Daire. (2) Conforme se vê no registo transcrito, o seu vice-reinado foi curtíssimo. Durante o seu govêrno do arcebispado de Lisboa, deu-se o grande desastre num dos pátios do seu paço junto à Sé, de que já fizemos menção.

\* \* \*

«Aos quatorze dias do mes de Março de 635 se fez prosisão da Eleição do Sñr Arcebispo dô Rodrigo». (3)

«Ao primeiro de Maio de 636 tomou posse o Sñr Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha Arcebispo desta cidade de Lx.<sup>a</sup>». (4)

*Nota* — Sete dias depois era o facto comunicado por carta ao presidente da Câmara de Lisboa pelo próprio D. Rodrigo da Cunha, que ao mesmo tempo anunciava fazer a sua entrada pública na cidade em dia da Ascensão «na forma que ordena o cerimonial dos Bispos, reformado e ordenado pello Papa Clemente oitavo, no anno de 1600»,

(1) *L.º VIII dos óbitos*, fls. 98 e 99.

(2) Veja-se *Hist. de Portugal e Hist. da Igr. em Portugal*, de Fortunato de Almeida, respectivamente, vol. IV, pág. 126 e vol. III, parte II, págs. 439, 440, 524, 765, 850, 878, 942 e 945; *Corogr. Port.*, vol. III, págs. 127 a 129; e *Mapa, etc.*, vol. III, pág. 86.

(3) *L.º VII dos óbitos*, fl. 124.

(4) *Idem*, fl. 137.

acrescentando que o mesmo cerimonial ordenava «se dê conta a V. S.<sup>a</sup> quando o prelado ouver de entrar», o que êle aliás faria, mesmo sem isso estar disposto. Concluia esperando «cõ grande confiança, q̃ V. S.<sup>a</sup> me queira honrar no dia da entrada, como a cidadão seu, como a Prelado seu, e como a pessoa que dezeja e ha de servir sempre em tudo a V. S.<sup>a</sup>». (1)

A esta carta respondeu a Câmara em 28 de Maio, dizendo que concordava que se fizesse a entrada pública segundo o cerimonial citado. (2)

«Aos vinte e sete dias do mes de Julho de 1636 tomou o paleo em são Bento de Emxobregas o Ill.<sup>mo</sup> Sñr Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha». (3)

«Aos des dias do mes de Agosto de 636 entrou o S.<sup>or</sup> Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha nesta Cidade, vindo das portas de S.<sup>to</sup> Antão com todo apparatto de ordens e nobreza e com a camara tudo conforme as Ceremonias Romanas». (4)

*Nota* — Determinava o referido cerimonial que o arcebispo deveria ser esperado fora das portas da cidade pelo presidente e vereadores da Câmara e pelo cabido, clero e magistrados; que o arcebispo entrasse a cavallo, com sela e adereços de seda branca, vestido de pontifical e debaixo de pãlio; que êste fôsse levado pelo presidente da Câmara e pelos nobres da cidade, ao qual se seguiria o cabido e o clero. (5)

Porém, segundo o decreto da Duquesa de Mântua, do próprio dia em que se realizou a entrada pública do arcebispo, vê-se que êste teria

(1) *L.<sup>o</sup> II de cons. e decr. de D. Filipe III*, fl. 27, em *Elementos, etc.*, vol. IV, pág. 187.

(2) *L.<sup>o</sup> de cons. e respostas do tempo do govêrno de Castela*, fl. 15, *idem*, vol. IV, pág. 190.

(3) *L.<sup>o</sup> VII dos óbitos*, fl. 140.

(4) *Idem*, fl. 141 v.

(5) *Informações do deão da Sé*, em *L.<sup>o</sup> II de cons. e decr. de Filipe III*, fl. 28.

entrado «em procissão, a pé e vestido de pontifical». Logo após, teria seguido a vereação empunhando as suas varas. (1)

---

«18 [de Maio de 1638] veio o Snr Arcebispo despedir-se do Cabido quando se foi para Madrid ao chamado de Sua Mag.<sup>de</sup> como os mais Sñrs prelados forão e outras m.<sup>tas</sup> pessoas». (2)

*Nota* — O cura Fernão Luiz enganou-se mais uma vez no que diz respeito a datas. Segundo todos os autores que vimos ocuparem-se da viagem que o arcebispo D. Rodrigo da Cunha fez a Madrid, a data da partida foi a 16, pelo que não poderia ter sido portanto em 18 que êle tivesse ido fazer as suas despedidas ao cabido da Sé de Lisboa.

Os motivos da viagem são explicados, por exemplo, pelo abade Diogo Barbosa Machado:

«Com heroica liberdade impedio (o arcebispo) a imposição dos tributos, com que os ministros castelhanos dispunhão a infracção dos foros, e privilégios dos Portugueses, e como se vissem frustados os seus intentos em Lisboa pretenderão conseguillos em Madrid, para cujo fim foram chamados a esta Corte varios Prelados, e Cavalheiros de primeira grandeza, entre os quaes foy Dom Rodrigo da Cunha . . . A mudança do clima não lhe alterou a fidelidade do coração, antes armado de heroica constancia defendeo a liberdade da sua patria, desprezando a honorifica offerta de Capello de Cardeal com que Castella o queria sobornar». (3)

---

«Aos Vinte e hũ dias do mes de maio de 1639 annos Veio o Ill.<sup>mo</sup> Sñr Arcebispo Dom Rodrigo da Cunha de Castella avendo hũ anno q̄ daqui partiu, Receberãono com grande acompanhamento de toda

---

(1) *Elementos, etc.*, vol. IV, págs. 206 e 207.

(2) *L.º VII dos óbitos*, fl. 165.

(3) *Bibl. Lusitana*, vol. III, pág. 650, da 2.ª ed.

a cleresia e Religiões com paleo e o S.<sup>to</sup> lenho da misericordia atee a see (ouve fogo nas Torres?) e grande concurso de Gente». (1)

*Nota* — O júbilo com que foi recebido filiava-se justamente na maneira tenaz com que mesmo em Madrid soubera defender os interesses da população portuguesa, interesses que, depois de regressar, continuou defendendo e servindo com o seu ingresso e o de alguns parentes e pessoas de sua amizade no numero dos conspiradores votados à empresa da restauração da independência e onde o seu conselho — dizem-no todos os cronistas — foi de muito proveito.

Por estas razões, pela rectidão do seu character sempre manifestada e pelo respeito que a todos merecia, ao dar-se o golpe libertador do 1.º de Dezembro foi logo escolhido para o govêrno que se formou enquanto o Duque de Bragança não chegava à capital e de que faziam parte o arcebispo de Braga e D. Lourenço de Lima.

«D. Rodrigo da Cunha, aos primeiros rebates da revolução — diz Rebelo da Silva — descera à capela-mor da cathedral, cercado de todos os cônegos e de joelhos invocava a protecção divina. Entraram alguns nobres precipitadamente e anunciaram-lhe a feliz conclusão de tudo, rogando-lhe que viesse ao paço para assumir o govêrno. . . Erguendo-se com os olhos arrazados de lágrimas, o prelado, ao qual o pêso de sessenta e três anos não enfraquecera o espírito nem o corpo, depois de se escusar com modéstia do encargo temporal, saiu a pé com a maior parte do seu clero, e precedido da cruz arquiiepiscopal, encaminhou-se às casas da câmara. . . » e daqui ao paço.

---

«Aos tres dias do mes de Jan.<sup>to</sup> de seicentos e quarenta e tres faleceo o Sñr Arcebispo de Lx.<sup>a</sup> Dom Rodrigo da Cunha está sepultado nesta Sancta see fes testam.<sup>to</sup> sam seus testamenteiros o Bp.<sup>o</sup> de Targa, o Bisconde de ponte de lima». (2)

---

(1) *L.º VII dos óbitos*, fl. 179 v.

(2) *Idem*, fl. 185 v.

«Em o mesmo dia em q̄ o sñr Arcebispo faleceo depois de estar amortalhado foi o R.<sup>do</sup> cabido á casa do d. Sñr defunto e lhe dise hum responço cantado, dise a Oraçam Deus qui interapostolicos sacerdotes... o prezidente do R.<sup>do</sup> Cabido, e se veio, e ao dia seguinte a tarde q̄ foram 4 de Jan.<sup>ro</sup> o forão buscar p.<sup>a</sup> o sepultarão (sic) e fis esta declaraçam aqui perq̄ ouve dúvida se se lhe avia de dizer o d. responso em o mesmo dia, e assim o assentou o R.<sup>do</sup> Cabido, o qual Fran.<sup>co</sup> de Sousa (1) foi ao dia seguinte em q̄ se enterrou assistir a tudo o officio q̄ os Religiosos Cantaram na Camara onde estava o d. Sr. difunto e acabadas as laudas o encomendaram e trouxeram á sepultura». (2)

*Nota* — D. Rodrigo da Cunha nasceu em Lisboa em Setembro de 1577 e foi filho de D. Pedro da Cunha, senhor de Tábua, e de D. Maria da Silva, sua segunda mulher, filha de Rui Pereira da Silva, alcaide-mor de Silves. Foi eleito deputado do Santo Officio de Lisboa em 6 de Agôsto de 1608 e inquisidor do mesmo tribunal e na mesma cidade desde 9 de Fevereiro de 1615; foi elevado a bispo de Portalegre no mesmo ano, a bispo do Pôrto em 1619 e a arcebispo de Braga em 1627. Depois, como já se disse, exerceu os cargos de arcebispo de Lisboa e de governador do Reino. Escritor distintíssimo, colocado por alguns em lugar de destaque entre os nossos bons prosadores, deixou uma vasta obra impressa e manuscrita, sôbre a história da Igreja e outros assuntos religiosos. (3)

(1) Êste Francisco de Sousa era o próprio cura da Sé que assinava a declaração que se está transcrevendo.

(2) *L. VI dos óbitos*, fl. 186.

(3) Tratam de D. Rodrigo da Cunha, entre outros autores, os seguintes: D. António Caetano de Sousa em *Hist. Geneal.*, vol. XI, pág. 816 e seg.; Barbosa Machado em *Bibl. Lusitana*, vol. III, pág. 650 e seg.; Inocêncio em *Dic. Bibliog.*, vol. VII, pág. 167 e seg.; Castilho em *Lisboa Antiga*, bairros orientais, vol. VI, pág. 127 e seg. da 2.<sup>a</sup> ed.; Rebelo da Silva em *Hist. de Portugal*, vol. IV, pág. 165 e seg.; Fortunato de Almeida em *Hist. da Ig. em Portugal*, vol. III, parte II, págs. 850, 865 e 877; Bap. de Castro em *Mapa, etc.*, vol. III, pág. 87; Ed. Freire de Oliveira em *Elementos, etc.*, vol. IV, págs. 187, 190 e 206, etc.

«Aos 31 de Julho de 1702 foy tresladado o Corpo do S.<sup>or</sup> Arcebispo D. Rodrigo da Cunha da Capella Mayor desta S.<sup>ta</sup> Sé p.<sup>a</sup> hua Sepultura<sup>(1)</sup> defronte da porta travessa de ferro». <sup>(2)</sup>

*Nota* — D. António Caetano de Sousa diz na sua *Hist. Genealógica* «que no ano de 1702, para satisfazer com o que elle (D. Rodrigo da Cunha) havia ordenado, seu sobrinho Dom Pedro Alvares da Cunha, Trinchante da Casa Real, fez trasladar o seu corpo da Igreja de Santa Catharina de Monte Sinay para o lugar, que elle por humildade tinha escolhido ao pé dos degraos da porta travesse, a que chamão *do Ferro*, da sua Sé, etc.».

Já Castilho, no volume da sua obra em que trata da Sé, <sup>(3)</sup> ao falar do arcebispo de Lisboa de que nos temos occupado, notava a divergência que havia entre o que dizia o autor da *Hist. Genealógica da Casa Real Portuguesa* e o que dizia Barbosa Machado sôbre a primeira sepultura de D. Rodrigo da Cunha. Enquanto aquele o dá na igreja de Santa Catarina, como vimos, êste diz ter ela sido na «Capela-mor da Cathedral».

Qualquer dúvida que pudesse haver, fa-la-ia desaparecer agora o registo de óbito do arcebispo e o da trasladação dos seus restos, ambos aqui extractados, e pelos quais se verifica que a sua primeira sepultura foi de facto na capela-mor da Sé.

E do «varão perfeito», que foi D. Rodrigo da Cunha, nada mais consta nos livros paroquiais.

(1) A inscrição desta sepultura, vem reproduzida na *Hist. Genealógica*, na *Bibl. Lusitana*, na *Lisboa Antiga* e nas *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, de J. M. Cordeiro de Sousa. As suas letras, que no tempo de Castilho estavam muito apagadas, foram há anos restauradas, aliás com pouco cuidado, segundo o autor da última obra citada.

(2) *L.º VIII dos óbitos*, fl. 163.

(3) Vol. VI, pág. 128, em nota

\* \* \*

«Em treze de fever.<sup>to</sup> de seis centos e setenta e sinco faleceo o sôr Arcebispo D. Antonio de Mendoça fez testam.<sup>to</sup> seu sobrinho Nuno de Mendoça Conde de Val de Reys he testam.<sup>to</sup> esta sepultado por deposito na capella mor da See». (1)

*Nota* — Baptista de Castro e Fortunato de Almeida dão o seu falecimento como ocorrido no dia 14.

D. António de Mendonça foi filho do 1.º conde de Val de Reis, Nuno de Mendonça e de D. Guiomar da Silva, filha de Luiz da Silva, alcaide-mor de Moura. Foi presidente da Mesa da Consciência, deputado da Junta dos Três Estados, comissário da Cruzada e também elevado a bispo de Lamego e a arcebispo de Braga, sem contudo ter obtido confirmação. Do arcebispado de Lisboa tomou posse em 27 de Outubro de 1669. (2)

\* \* \*

«Em 28 de Setembro de 1710, pelas quatro horas da tarde, pouco mais, ou menos, faleceo nesta freguesia, nas suas casas pontificais o Illustrissimo Senhor Arcebispo de Lx.<sup>a</sup> D. João de Sousa; esta enterrado no claustro desta Sé, nas covas do Falcão por assim ser disposição sua». (3)

*Nota* — D. João de Sousa foi arcediogo de Santa Cristina no arcebispado de Braga, deputado do Santo Officio em Lisboa, sumilher da cortina de D. Pedro II e do Duque de Saboia que acompanhou a Turim em 1682, bispo do Pôrto, arcebispo de Braga e por fim, desde 1703, arcebispo de Lisboa.

«Conta-se dele — diz Inocência — ser tão frugal e económico no

(1) *L.º VIII dos óbitos*, fl. 1 v.

(2) Para a biografia deste arcebispo veja-se *Corog. Port.*, vol. II, pág. 376, *Mapa, etc.*, vol. III, pág. 88 e *Hist. da Ig. em Port.*, vol. III, parte II, pág. 851.

(3) *L.º IX dos óbitos*, fl. 31 v.

trato, que pudera economizar das rendas das suas mitras dous milhões de cruzados, ou 800.000\$000 reis, que tanto dispendeu com os pobres dos bispados, cujas cadeiras ocupou».

Os autores que tratam dèste arcebispo e que consultámos, dão o seu passamento como sucedido a 29 de Setembro. (1)

As covas do Falcão eram as sepulturas mandadas fazer no terceiro quartel do século xvii pelo cônego João Falcão de Sousa «para nellas se enterrarem os pobres dezemparedados desta freguesia da see». (2)

\* \* \*

#### *Família Real :*

«Aos 30 derrad.<sup>ro</sup> dia do mes [de Junho de 1597] levarão ao Mostr.<sup>o</sup> de nosa sôra da Luz a Ossada da Infanta dona M.<sup>a</sup> q̄ estava na Madre de Ds em Enxobregas» (3).

*Nota* — A Infanta D. Maria, filha do rei D. Manuel I e de sua terceira mulher D. Leonor de Áustria, irmã de Carlos V, nascera em 8 de Junho de 1521 e falecera em 10 de Outubro de 1577. Por disposição testamentária, foi o seu corpo depositado no «capítulo novo da Madre de Deus» enquanto se não concluía a capela-mor da igreja do mosteiro de Nossa Senhora da Luz que foi fundado por ela no local duma antiga ermida dedicada a Nossa Senhora com aquela invocação. Sôbre a vida desta virtuosa infanta, protectora desvelada das letras e das artes e sôbre as suas fundações piedosas podem-se consultar entre outras obras as seguintes: *Corogr. Portuguesa*, vol. III, págs. 446 e 447, da

(1) Veja-se *Hist. Geneal. da Casa Real Portuguesa*, vol. XII, pág. 830; *Hist. da Igr. em Port.*, vol. III, parte II, págs. 754, 852 e 881; *Mapa, etc.*, vol. III, pág. 90; *Ano Histórico*, vol. III, pág. 107; *Dicionário Bibliográfico*, de Inocência, vol. IV, pág. 41 e *Corogr. Port.*, vol. III, pág. 244.

(2) Veja-se *Lisboa Antiga*, bairros orientais, vol. VI, pág. 55 da 2.<sup>a</sup> ed; *Elementos, etc.*, vol. VII, págs. 444 e 445 e *Inscrições Sepulcrais da Sé de Lisboa*, págs. 64 e 65.

(3) *Reg. etc.*, vol. II, pág. 424.

ed. de 1869, *Mapa de Portugal*, vol. III, pág. 274, da ed. de 1870, *A Infanta D. Maria de Portugal*, de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria, etc.*, de fr. Miguel Pacheco, *A Infanta D. Maria e o seu Hospital de Luz*, de Vítor Ribeiro e *Retratos e Elogios dos Varões e Donas que ilustraram a Nação Portuguesa*, 1817.

\* \* \*

«Aos 22 [de Setembro de 1598] terça feira depois de São Matheus se arrastarão as Bandeiras, Ha 4 (4.<sup>a</sup> feira) logo seguinte 23 do dito mes de Setembro de 598 alevantarão nesta See a seu f.<sup>o</sup> dom Fellipe, Damião daguiar desembargador do paço fez a pratica» (1).

*Nota*— D. Filipe I falecera no Escorial em 13 de Setembro de 1598 e a comunicação da sua morte, feita pelo seu sucessor à Câmara de Lisboa, foi lida em mesa da Vereação às 8 horas da manhã do dia 22. Em seguida o seu presidente que então era D. Gil Eanes da Costa (2), os vereadores Henrique da Silva, Francisco Cardoso, Gaspar Barbosa e Jerónimo Vieira Pinto, os procuradores da cidade Luiz Mendes e Gregório de Moraes e os procuradores dos mesteres Gaspar Antunes, Domingos Fernandes, Gaspar de Sequeira e António Dias, saíram com as suas varas pretas e grandes capuzes, acompanhados «de todos os mynistros

(1) *Reg. etc.*, vol. II, pág. 440.

(2) Este presidente da Câmara Municipal de Lisboa deu o seu nome a uma rua que se abriu no século XVI, no sítio onde segundo parece se alargava o pátio central da antiga alfândega. A rua ficava situada na freguesia da Madalena, entre a de D. Mafalda e o largo do Pelourinho. Trata dela o ilustre olisipógrafo e nosso apreciado mestre, sr. eng. Augusto Vieira da Silva em *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, págs. 91 e 92 da 1.<sup>a</sup> ed.

Para a biografia de D. Gil Eanes da Costa, entre outras obras podem-se consultar *Hist. Genealóg. da Casa Real Portuguesa*, vol. V, pág. 352, *Bibl. Lusitana*, vol. II, pág. 381, *Memórias para a História del-rei D. Sebastião*, Diogo Barbosa Machado, vol. I, pág. 65 e vol. II, pág. 170, e *A Santa Casa da Misericórdia*, de Vítor Ribeiro, pág. 292 e 334. Sobre as vítimas causadas pelo terramoto de 1755 na rua de D. Gileanes ou de D. Julianes, conforme ao tempo era denominada, veja-se o nosso trabalho *O Terremoto de 1755 na Freguesia da Madalena*.

e oficiais da cidade, com muitos cidadãos e outras pessoas do povo, todos cubertos de grande dó» e dirigiram-se à Sé, onde no seu taboleiro, deram comêço à cerimónia da quebra dos escudos (1).

O dezembargador Damião de Aguiar apontado na notícia dada pelo cura da Sé e que fêz a prática alusiva ao falecimento de Filipe I, foi casado com D. Francisca de Mendonça e Vasconcelos e faleceu em 27 de Julho de 1618. Deu o seu nome à calçada que depois se chamou *do Lavre* e hoje *do Lavra*. Em 1712 ainda se citava a *calçada de Damião de Aguiar* (2), mas em 1725 já a denominavam *de André Lopes do Lavre* (3) e em 1755 simplesmente *do Lavre* (4).

\* \* \*

«Aos sete dias do mes de Outubro de mil seis centos e onze annos veio a nova q̄ faleceo a Rainha de espanha molher da Catolica Mag.<sup>de</sup> del Rei Dom felipe Nosso Snr.» (5).

*Nota*—D. Margarida de Áustria, mulher de Filipe II de Portugal, faleceu no Escorial no dia 3.

\* \* \*

«Aos dezassete dias deste mes de Abril de seis centos e vinte e hū se quebrarão os escudos pella morte da Mag.<sup>de</sup> de El Rei Phelipe 3.º que Deos tenha em sua Gloria. E se fez assim Salrão da Camara o pre-

(1) Auto de 22 de Setembro de 1598—*L.º I de D. Filipe II*, em *Elementos, etc.*, vol. II, pág. 108 e seg.

A cerimónia da quebra dos escudos vem descrita mais adiante, ao registar se o falecimento de Filipe II.

(2) *Corogr. Port.* vol. III, pág. 302.

(3) *L.º VIII dos Matrimónios*, fl. 60, freguesia do Socorro.

(4) *Mapa de Port.*, vol. III, pág. 172. Sobre Damião de Aguiar e os Lavres, veja-se também *Lisboa Antiga*, vol. IV, págs. 264 a 269, da 2.ª ed., *Corogr. Port.*, vol. II, pág. 148 e 241, *Elogio do Sr. Manuel Caetano Lopes do Lavre, etc.*, 1754, *Torrejanos Ilustres*, de Artur Gonçalves, pág. 49 e *Ruas de Lisboa*, de J. J. Gomes de Brito, vol. I, pág. 234 e 237.

(5) *L.º V dos óbitos*, fl. 8 v.

sidente vereadores mesteres e todos os mais cidadãos com capuzes e carapuços de doo e Varas pretas O procurador mais Velho p.º vaz vilasboas o drague de alcunha todo cuberto de doo com a bandeira de baetta Grande aroxoens (?) Tres Juizes do Cível com tres escudos na Cabeça capuzes e os capellos mittidos na Cabeça saindo da Camara assim fora e entrarão na See e fizerão sua oração.

Sairão todos e comesarão a caminhar pello adro abaixo e chegando os Vereadores o derradeiro Juiz q̄ trazia o escudo se sobio en sima de hũ escabello negro cuberto com hũ pano de baetta q̄ puzerão en sima no ultimo degrao do adro, e aí dise estas palavras

Chorai nobres chorai povo pello vosso bom Rei Dom felipe 3.º q̄ Vos governou Vinte e dous annos e meo

E nisto quebrou com as mãos o escudo q̄ trazia e o deitou no chão

E dai se forão pella mesma ordem, a Rua nova e quebrarão outro e ao Hospital del Rei e quebrarão outro

E acabado isto tornarão pello mesmo modo a see aonde o cabido estava esperando en seu choro e se cantou hũa missa de Requien de canto dorgão e ao alevantar a Deus e ao responço derão aos Vereadores tochas e a todas as mais pessoas da Camara e Cidadãos. . .

Neste dia se mandarão dizer na See e en todos os mosteiros desta cidade muitas missas rezadas» (1).

*Nota* — Filipe II de Portugal e III de Espanha, falecera em 31 de Março, no *palácio del Buen-Retiro*, em Madrid. O seu passamento foi comunicado à Câmara de Lisboa por seu filho e sucessor, em carta de 3 de Abril (2).

O cura da Sé, antes de nos dar a notícia da *quebra dos escudos*, já se referira ao falecimento do monarca nos seguintes termos:

«Neste mes (de Abril de 1621) veio nova q̄ hera falecido a Mag.<sup>de</sup> de Dom Felipe 4.º (aliás 3.º de Espanha e 2.º de Portugal) q̄ faleceo em Madrid».

(1) *L.º VI dos bap*, fls 10 e 11.

(2) *Elementos, etc.*, vol. II, pág. 590. Sobre o *acto do pranto* pela morte deste monarca veja-se também as págs 2 e seg. do vol. III da obra citada.

E logo a seguir:

«Quinta feira de endoenças tangerão em todas as Igrejas todos os sinos porq̄ se soube a nova certa». (1)

\* \* \*

«Domingo a tarde dezouto Abril de seis centos vinte e hũ annos levantarão nesta See de Lisboa per Rei destes Reinos de Portugal ao Principe Dom Phelipe 4.º (de Espanha, 3.º de Portugal) e foi na maneira seguinte

No cruzeiro da see se fez hũ tabernaculo de outo palmos de Alto com seis degraos pera o Corpo da Igreja e pello lado espaldares, e no meo hũ estrado de hũ degrao, de tras hũ dusel Riquo e panos q̄ tapavão a Capella mor todo alcatifado, a see toda armada de toda a tapeçaria Riqua del Rei.

Veio o Viso Rei Dom Diogo da Silva acompanhado de todos os Sñrs Condes e nobres e quanta fidalguia avia em Lisboa. entrarão na See

Elle foi fazer a Capella dô S.º Sacram.º dai se foi ao teatro e se asentou na cadeira q̄ estava cuberta com hũ Riquo pano de borcado, A sua mão direita estava o alferes mor com a bandeira

Logo estava o Sñr Dom fernão miz mascarenhas Bispo Inquisidor Geral a mesma parte da mão direita

Os Condes e senhores de titulo estavam a mão esquerda, ainda q̄ o S.º Viso Rei os mandou tirar

Estando tudo assim preparado e asentado o S.º Viso Rei, tirou os papeis e procuração e a deu ao Secretario Christovão Soares.

O secretario a tomou e beijou e se chegou a borda do teatro e a lleo em vos alta mº bem

E enquanto se leo o Snr. Viso Rei esteve em pee e descarapussado

Acabado de a ler se asentou e o Reposteiro mor tomou da mão do reposteiro pequeno Valentim Bello hũa cadeira raza com hũ coxim e hũ pano de bercado por sima e pos ante o Snr. Viso Rei

E logo Veio o Capellão mor Dom João dalencastre e pos em sima

(1) L.º VI dos bap., fl. 9.

hū missal e em cima delle hūa Cruz Grande da Capella q̄ tudo lhe administrou o thezoureiro da Capella Vicente da motta

Veio logo o Snr Inquisidor Geral e se pos de Juolhos ante a dita Cadeira Raza q̄ tinha o missal e Crus e o S.<sup>sr</sup> Viso Rei se pos tambē de Juolhos e ali Jurou, o Joram<sup>to</sup> q̄ trazia em papel escrito de guardar as liberdades deste Reino com hūas palavras mui bem concertadas e ditas [?] de tão grande e Cristianissimo Senhor e Rei de Portugal

Acabado o Joram.<sup>to</sup> se asentou o S.<sup>r</sup> Viso Rei e se tirou a Cadeira raza com o missal e Cruz e o S.<sup>r</sup> Inquisidor Geral se foi o seu lugar.

Hum Rei de armas Velho e mais antiguo posto em cima no teatro e disse para todo o povo ouvide, ouvide, ouvide,

E depois o Alferes mor dise Real per el Rei Dom felipe quarto de portugal Real

Enquanto isso dise mandarão q̄ todos se descarapusassē e o Snr. Viso Rei se levantou e se descarapusou

E logo todo o povo e os fidalgos diserão Real Real

Acabado isto se comessou a prosissão e a Capella de Sua Mag<sup>de</sup> com seus cantores deserão o Te Deum Laudamos.

*(Continua)*

# O CAMPO DE SANTA CLARA

POR SIDONIO MIGUEL

(Conclusão)

A despeito de chamarem a isto um baldio, por aqui moravam e aqui foram intimados a comparecer na eleição da tal junta um senhor Antonio Correia, escrivão da Misericórdia, um senhor Francisco de Sampaio que residia na quinta de Manuel da Fonseca, um senhor D. João de Sousa, com domicílio a Santa Engrácia, um senhor D. Luiz Pereira de Castro, junto ao Arco de S. Vicente, um senhor Luiz de Miranda Henriques, um senhor Pero da Cunha de Mendonça, no cais do Carvão, etc.

O movimento do primeiro de Dezembro de 1640 foi todo lá para o Terreiro do Paço.

Veiu a guerra da Restauração e com ela o receio pela segurança da cidade. Planeou-se nova cêrca lá para Alcântara. Aqui, em 1650, o postigo da Lapa, a Santo Estevão, e o do Arcebispo, já tinham portas, fechaduras e janelas. No de S. Vicente, tapavam-se postigos que tinham sido abertos na muralha.

Começou então aqui uma grande questão, quási tão falada como a do desacato. Houve um incêndio na casa do polvorista Manuel Mateus e a câmara tentou fazer sair daqui e do bairro Alto as fábricas de pólvora.

Parece que o estabelecimento destas fábricas no sítio vinha da Tercenas de D. Manuel, não longe das portas da Cruz, isto é, onde se chamou depois a Fundição de Baixo e é hoje o Museu Militar.

Data de 1652 um pedido sério para que a Tôrre da Pólvora, já então cercada de casas, nas quais morava sobretudo gente de mar, acostumada ao tabaco e fazendo o seu lume com lenha, fôsse mudada para longe. Os polvoristas do sítio eram Manuel Mateus (o da oficina incendiada), João Mateus, António da Maia e não sei se mais algum. No Bairro Alto morava Lucrecia Antunes. Foram mandados todos para o bairro de Campolide.

Falámos há pouco do culto à Imaculada Conceição. Há ao encontro das ruas dos Remédios e do Paraíso, na parede que dá para a Calçada do Cascão, outra lápide, esta mais importante, em latim, da autoria de António de Sousa Macedo. Data de 1646 e nela se celebra a Padroeira do Reino proclamada por decreto de D. João IV.

Em 15 de Janeiro de 1659 estava aqui em Santa Engrácia, ou, por outra, na ermida do Paraíso, que servia de igreja paroquial, o moço rei Afonso VI com a sua côrte, e, em tal dia, na solenidade do desagravo do sempre falado desacato, quando aqui chegou a notícia da vitória das linhas de Elvas.

Com tal nova o sermão interrompeu-se para ser cantado um *Te Deum*. O rei saiu daqui aclamado pelo povo, a caminho da Ribeira, precedido e seguido dos seus mosqueteiros ou alabardeiros e de rapazio, irmão daquele que nos enternece em certa tela do século xvii, vulgarizada por um livrinho da *Enciclopédia pela Imagem*, sôbre a História do Traje em Portugal, escrito por Mestre Matos Sequeira. Falando de Mestre Matos Sequeira, quero exprimir neste momento os votos que faço — e certamente V. Ex.<sup>as</sup> comigo — pelo completo e pronto restabelecimento do ilustre historiador da cidade, vítima, há dias, dum desastre de viação.

Em 1688 surgiu nova questão no sítio. Desta vez a da pedreira ou pedreiras para as obras de S. Vicente. Os cônegos regrantes pretendiam arrancar a pedra aqui do sítio vizinho às obras, porque com isso nada prejudicavam dos caminhos ou dos poucos edificios aqui existentes. Havia quem o impedisse. Por fim os cônegos venceram, creio eu.

O sítio continuava seguramente pouco adiantado em urbanização, aí por 1701. Nessa data é ainda aqui e em Santa Apolónia que a câmara manda deitar as imundícies da vizinhança.

E chegámos ao terremoto, capítulo fatal de tôdas as histórias de Lisboa, como disse Júlio de Castilho.

Dos estragos e dos salvados na área da freguezia dá-nos João Baptista de Castro as notas que vou resumir.

Nem o edificio novo de Santa Engrácia, que são as obras que estão ali diante de nós, nem a igreja paroquial, que supponho ser, depois do desacato, a ermida do Paraíso, padeceram qualquer ruína.

Dos edificios grandes e ordinários do território da freguesia, uns estavam reedificados no tempo em que João Baptista de Castro escreveu o seu *Mapa de Portugal*, outros jaziam nas ruínas. Os paroquianos mortos na área da freguezia foram uns trinta. Não foi, portanto, Santa Engrácia das mais castigadas e por isso da população doutras freguezias veio muita ocupar com barracas e tendas de campanha todo este Campo de Santa Clara, o largo da Portaria do Carro da Graça e seu Cardal, Cruz dos Quatro Caminhos e o olival da Penha de França. Este improvisado bairro não devia atrair muito os nossos olhos de hoje. Qualquer cousa como o das Minhocas em ponto muito maior. Mas a terra continuava a tremer e profetas da desgraça anunciavam catástrofe maior que a do primeiro de Novembro. E por isso o sórdido acampamento de fugitivos por aqui se demorou.

O estado dos edificios reconstruídos ou em ruínas na área da freguezia é-nos assim resumido:

Santa Maria de Jesus de Xabregas, depois fábrica de fiação e tecidos e por fim fábrica ou depósito de tabacos. O convento padeceu total ruína, mas não morreu ninguém.

Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula dos Religiosos Barbadinhos Italianos, onde está hoje a igreja paroquial de Santa Engrácia. Era a casa duma congregação primeiramente estabelecida na ermida do Paraíso. Passou para a calçada que ainda hoje se chama dos Barbadinhos, no tempo de D. João V, aí por 1720. O nome de Barbadinhos provinha da barba que usavam os frades desta congregação. Havia em Lisboa os franceses e os italianos. Os franceses eram lá para a Esperança em sítio ainda hoje lembrado por uma Travessa dos Barbadinhos. Os italianos eram aqui para Santa Engrácia. O edificio que ainda lá está, interiormente rico pelas madeiras do Brazil que o tornam de caracter único em Lisboa, foi dos mais poupados pelo terremoto.

A ermida do Paraíso, que era ali na rua do mesmo nome e passou a quartel da Guarda Nacional em 1855 até que desapareceu, tinha o seu passado, como já vimos. E aproveitou a ocasião para rectificar um engano meu numa conferência feita em Santo Estêvão, no ano passado, em que falei de meninos perdidos a-propósito da ermida dos Remédios. Não era nos Remédios que se depositavam e procuravam os meninos perdidos, mas na ermida do Paraíso, como ainda na da Ascensão de Cristo, lá para a Calçada do Combro, e no hospital dos Palmeiros, que era numa ermida da Senhora de Belém, na freguezia da Madalena.

O Colégio de S. Francisco Xavier era onde está hoje o Hospital da Marinha. Foi fundado por Jorge Fernandes de Vilanova, em 1669, e consta da colectânea de documentos de Eduardo Freire de Oliveira que tal fundação foi um tanto contrariada por irmãos e mordomos da ermida do Paraíso, cujo local Júlio de Castilho confundiu com o do actual Hospital da Marinha.

O fundador deixou um legado de cem mil cruzados para neste Colégio se ensinarem aos meninos as primeiras letras, a arte náutica e a gramática latina. O terremoto não lhe causou grande ruína. Mas quatro anos depois veio a expulsão dos jesuítas e o edifício sofreu então a ruína própria de todos os abandonos. Apenas em 1797 foi restaurado para servir a Hospital da Armada Real.

No reinado de D. Luiz recebeu grandes melhoramentos. Está ligado à história dos serviços médicos militares portugueses, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem, o Doutor Bernardino António Gomes, filho, que dá o nome à parte do Campo de Santa Clara, fronteira ao Hospital e tem nêsse largo um pequeno busto inaugurado há poucos anos.

O mosteiro da Madre de Deus estava também na área da freguezia. Experimentou ruína, que foi reparada, como V. Ex.<sup>as</sup> sabem. O de Santos-o-Novo, aquele casarão à Cruz da Pedra, rico de janelas, tantas quantos dias tem o ano, dedicado em 1470 aos Santos Veríssimo, Máxima e Júlia, cujas relíquias para ali vieram de Santos-o-Velho, teve várias avarias que no tempo de João Baptista de Castro não estavam reparadas. Hoje não sei o que dêle diria o erudito padre.

O convento de Santa Apolónia, que deu o nome e o sítio para a primeira estação de caminho de ferro que Lisboa teve, era de religiosas claristas. Ficou pouco arruinado com o terremoto. A ruína total veio

depois com o caminho de ferro que o devorou, bem como uma ermida que havia ali perto, chamada de S. Pedro de Alcântara.

Havia por aqui ainda outras ermidas, algumas desaparecidas. Uma de Santa Ana. Duas da Senhora da Conceição, uma das quais no Vale de Chelas e outra, também de Santo António, no Cais dos Soldados. Uma de S. João Batista. Uma da Madre de Deus na travessa do Cascão, possivelmente onde hoje é a calçada do Cascão. Uma da Senhora do Rosário em Vila Galega e portanto nesta área da Rua da Verónica para os lados da Graça e possivelmente a que vemos ainda, a servir de templo protestante, a poucos passos daqui. Mais longe uma ermida da Senhora do Rosário da Restauração, ao Grilo, fundação de D. Gastão Coutinho, um dos quarenta conjurados de 1640.

João Baptista de Castro comenta os estragos com este final:

«Constava esta freguezia antes do terremoto de mil trezentos e trinta fogos; presentemente consta de mil duzentos e dez, em cujo número sente a diminuição de cento e vinte. Experimenta mais a decadência da qualidade dos seus habitantes, porque os mais opulentos desertaram, por ficarem distantes os tribunais, vindo ocupar as casas os herejes protestantes, que já passam de catorze fogos, por se encontrarem agora mais próximas as alfândegas. Distribuem-se os moradores pelas seguintes ruas:

Santa Apolónia, Bica do Sapato, Cais, Calçada dos Barbadinhos, Calçada do Forte, do Grilo, Cruz, Cruz da Pedra, Cruz dos Quatro Caminhos, Galé, Graça, Grilo, Paraíso, Penha, Piedade, Xabregas. Os bêcos e travessas são: Arcipreste, Calçada de Santa Clara, Calçada da Cruz, Campo de Santa Clara, Cascais, Conde de Avintes, Era, Flôres, Freiras, Lages, Meio, Mouros, Paraíso, Postigo do Arcebispo, de S. Vicente, Raposo, Santos, Vale de Chelas, Vale Escuro, Verónica, Vibre, Zagalo».

Como V. Ex.<sup>as</sup> podem ver, estes nomes estão ainda quasi todos na área da freguezia e das confinantes, para as quais passou com o tempo, parte da área extensíssima de Santa Engrácia.

Do convento de Santa Clara já contámos a história. O terremoto destruiu-o e ali sepultou umas quatrocentas pessoas. Não foi reedificado. Esteve ali depois a Fundação de Santa Clara ou Fábrica de Armas e está hoje uma Fábrica de Equipamentos e de Arreios.

Abandonando o processo cronológico, percorramos o que de antigo nos resta neste Campo de Santa Clara. Há por aqui edifícios importantes na linha quebrada do seu perímetro, que ainda não citámos.

O primeiro, êste edifício entre as travessas do conde de Avintes e a das Freiras. Estão aqui hoje os Tribunais Militares.

Como V. Ex.<sup>as</sup> podem ver, não é das cousas peores. Junto à fachada baroca o caracter mavórtico que lhe prestam as panóplias das platibandas.

A história do palácio parece ser esta: Possivelmente sôbre as ruínas das tais casas da infanta D. Maria edificou-se em 1669 um palácio que era dos descendentes de D. Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia. Êsse palácio foi depois substituído por D. Tomás de Almeida, primeiro patriarca de Lisboa, pelo que temos aqui, doado por êle ao quarto conde de Avintes e primeiro marquês do Lavradio, D. António de Almeida Soares Portugal, que governou Angola, e foi vice-rei do Brasil no século XVIII. Daí o nome de conde de Avintes na travessa lateral e as armas dos Lavradios nos azulejos do átrio.

Do lado de cá da travessa do conde de Avintes há êste palácio que tem a sua pequena história. Pertenceu à família Sinel de Cordes que o edificou. Passou depois ao visconde de Correia Godinho que mandou colocar a balaustrada e as quatro estátuas que adornam a platibanda. Lembro-me de que esteve aqui há trinta e tal anos a legação de Itália do tempo em que era ministro em Lisboa o marquês Paolucci di Calboli, se não estou em êrro. Um incêndio destruiu então interiormente o palácio e parece que grandes preciosidades artísticas do aristocrático diplomata. Mais tarde foi reconstruído e está hoje nêle uma Escola Primária Oficial.

Mas o maior palácio do Campo de Santa Clara é aquele à esquina da rua da Verónica, chamado o palácio Barbacena.

É obra de Manuel da Costa Negreiros e foi mandado construir por um dos Barbacenas, o quarto visconde Luiz Xavier Furtado de Mendonça.

O último Barbacena que o possuiu foi o falecido em 1854. Tinha sido ministro e general de D. Miguel I, a cuja realeza guardou fidelidade. Lembro-o sobretudo para ter ocasião de falar a V. Ex.<sup>as</sup> na oração fúnebre que nêsse ano lhe pronunciou Silveira Malhão, o maior orador sagrado do tempo. Estou certo aliás de que V. Ex.<sup>as</sup> não esqueceram

todos essa peça maravilhosa, na qual o prægador de Óbidos nos faz avultar com patética eloquência a grandeza de Deus sôbre as cousas humanas e o bem da virtude sôbre todos os que o homem procura.

O palácio, depois vendido ao patriarca de Lisboa D. Manuel Bento Rodrigues, chegou a ser também chamado Palácio da Mitra. Foi Hospital Militar e é hoje *Mess* dos Officiais do Exército. Assim lho chamam à inglesa. Architectonicamente é um dos bons exemplares do baroco da época.

Mais para ocidente encontramos um modesto prédio azulejado. Tem o número 125 e lembra o general Pimenta de Castro que ali residiu.

Passados o Arco e o Pátio de S. Vicente, antigo logradouro do convento, o muro que se segue leva-nos à cêrca do que foi chamado o Conventinho do Desagravo, em local confundido por muito tempo com o convento de Santa Clara.

No entanto, êste conventinho foi apenas uma casa franciscana fundada pela infanta D. Maria Ana, filha de El-Rei D. José, em 1766. Teve um architecto notável, que foi Reinaldo Manuel dos Santos, mas a obra é modestíssima. Chamaram-lhe do Desagravo porque a intenção da fundadora foi o desagravo ao Santíssimo Sacramento do sempre falado desacato. Está lá hoje a Escola Profissional Feminina de Santa Clara. E diz Norberto de Araujo que na igreja, que serve de sala de recreio da escola, ainda se vê o côro de cima com a sua grade. Esta adaptação de igrejas a fins por vezes cruamente profanos é das cousas mais antipáticas do nosso século e do anterior.

Já mestre Júlio de Castilho nos fala melancòlicamente numa das suas obras daquele querubim da fachada de Santa Apolónia, que, no tempo dele, estava de atalaia a chouriços, açúcar e manteiga duma mercearia ali instalada. . .

Temos na vizinhança imediata as obras de Santa Engrácia. Na mesma vizinhança o pάλácio dos condes de Rezende, hoje muito diverso do que foi, onde estão instalados o Arquivo Histórico Militar e outros serviços do exército. Em 1916 ardeu ali, como lembrarão V. Ex.<sup>as</sup>, o faladíssimo Depósito dos Fardamentos.

Esta família dos condes de Rezende juntava ao título nobiliárquico o de almirantes de Portugal. Pertencia-lhes *de juro e de herdade*, desde

1317, como herdeiros que eram dos Castros, a poderosa família que deu a Portugal

«a que depois de ser morta foi Rainha».

Falei há pouco em *Fundição de Cima*. Ainda ali está em frente das obras de Santa Engrácia.

Esta *Fundição de Cima* ou *Fundição da Corôa de Portugal* é hoje a *Fundição de Canhões*. Guarda ainda o modelo da estatua equestre de D. José I, para cuja conducção ao Terreiro do Paço foi preciso demolir as portas da Cruz e abrir a rua que hoje se chama do Museu da Artilheria. Guarda mais os modelos das estátuas de Sá da Bandeira, de José Estêvão, Afonso de Albuquerque, Marechal Saldanha, Sousa Martins, Duque da Terceira, António José de Almeida, o grupo da Guerra Peninsular, etc., que V. Ex.<sup>as</sup> podem ver pelas praças de Lisboa, e da de Carvalho Araujo, que está em Vila Real.

*Fundição de Cima* supõe *Fundição de Baixo*. Também havia. Foi no sítio onde hoje está o Museu Militar e esteve antes dêle o Arsenal do Exército, sucessor da *Fundição de Baixo*, esta por sua vez sucessora da *Fundição dos Castelhanos* e das Terceiras de D. Manuel, cuja história V. Ex.<sup>as</sup> conhecem da leitura de Júlio de Castilho, na *Ribeira de Lisboa*.

Corremos todo êste perímetro. Resta-nos falar de duas cousas que nêle se contêm. Uma que está à nossa vista todos os dias: o *Mercado*; outra que só vemos às terças-feiras e aos sábados: a *Feira da Ladra*.

O mercado data de 1877.

Alguns de nós se lembram de que antigamente êste, como o de S. Bento, era para a venda de tôda a variedade de artigos de adelo, móveis, livros, etc., uma espécie de feira permanente e sob telha dos que se vendiam ao ar livre às terças-feiras e aos sábados. Hoje é apenas de generos alimentícios.

Lembro agora sumariamente a história da *Feira da Ladra*, que mestre Vieira da Silva esgotou num conhecido trabalho publicado na revista precisamente chamada *Feira da Ladra*, de Manuel Cardoso Marta.

Começou por chamar-se o Mercado Franco de Lisboa e foi depois *Feira das Ladras*, dizem alguns, *Feira da Lada*, dizem outros.

Parece que de 1185 a 1273, ano em reinava D. Afonso III, o

primeiro rei que morou em Lisboa, esta feira se fazia ainda no chamado *Chão da Feira*. Por ordem d'êste rei deixou de fazer-se junto à alcáçova.

Em 1430 estava no Rossio de Santa Justa, que hoje chamamos simplesmente Rossio.

E parece que por ali se conservou, senão pròpriamente no terreno da Praça de D. Pedro de hoje, pelo menos em sítio ao norte de S. Domingos. Dali passou para as antigas hortas de Valverde (*Avenida* de hoje e *Praça de Alegria*). Em 1823 estava em sítio próximo da *Rua Primeiro de Dezembro* de hoje na sua parte mais larga.

Passou nêsse ano para o Campo de Santa Ana, mas só ali esteve uns cinco mezes, após os quais voltou para a vizinhança do Passeio Público.

Em 1855 passou novamente para o Campo de Santa Ana, onde esteve até 1881 ou 1882, em que a transferiram para Santa Clara. Mas ainda houve protestos e contra-ordem na transferência. Durante muitos anos foi apenas às terças-feiras. Só desde 1903 se faz às terças e sábados.

Quanto se tem escrito sôbre esta Feira da Ladra, tipicamente alfacinha, o que não quer dizer que não haja em tôdas as grandes cidades a sua feira ou feiras de cousas velhas? Não poderei lembrá-lo. Demasiado tenho abusado da paciência de V. Ex.<sup>as</sup>.

Estranharão que não lhes fale d'êste jardim vizinho. Mostra a idade que tem. É de 1862. Chega a ser um miradouro sôbre o Tejo, onde o rio é mais largo e mais vazio. V. Ex.<sup>as</sup> terão certamente apreciado comigo quanto a sua vizinhança nos é agradável e concorde com êste ambiente mais suburbano que citadino, a que já aludi. Ambiente ainda muito século XIX; quási século XVIII, se não olharmos para a iluminação eléctrica. E até século XVII, se mais olharmos ali para as obras de Santa Engrácia.

Vou pôr fim nas palavras com que tenho tentado lembrar a V. Ex.<sup>as</sup> o que isto foi antigamente.

Um *antigamente* muito salteado, é claro. Quanto não haveria a estudar, se quizesse seguir-se com certa minúcia a sucessão das cousas, decorridas em oito séculos, desde o barulhento arraial dos cruzados, aqui assente alguns mezes para a conquista duma cidade, ao nosso

arraial de hoje, pacificamente disposto para uns quartos de hora de viagem ao *antigo*?

Viagem ao antigo, disse. Há, de-facto, viagens no espaço mais que no tempo e viagens no tempo mais que no espaço.

As viagens num grande espaço em pouco tempo seduzem hoje a maioria, eu sei. Um avião, quasi em mais curto tempo que o desta palestra, ter-nos-ia levado a novas terras, a novas gentes, à Giralda de Sevilha, ao *peñon* de Gibraltar, aos minares agudos das mesquitas de Marrocos. Nós temos estado a fazer uma viagem ao tempo de oito séculos no curto espaço dêste campo. Vimos ou adivinhámos as tendas dos cruzados, o S. Vicente de Afonso Henriques, a fôrça dos justicados, a Santa Clara de Inês Fernandes, a tragi-comédia do rei de Penamacôr, a paixão e a morte de Simão Lopes Solis, o *Te-Deum* do Rei Victorioso, as barracas sórdidas dos foragidos dum terremoto... E podíamos ter visto e ouvido as sombras e os écos extintos de sedições e tumultos, em sítios como êstes, povoados do século XVIII para cá, de estabelecimentos militares. Não os conto porque são do nosso tempo alguns dêles.

Apenas na nossa viagem ao tempo passado não vimos gentes estranhas.

Sempre a nossa, embora em variedades berrantes da maneira como se vestiu, cobriu e calçou, consoante o século e o estado. Maneira portanto mais garrida ou mais severa, mais belicosa ou mais pacífica, mais profana ou mais religiosa. Gente animada tôda ela porém da mesma alma que é viva em nós e que, sem êrro, a nossa fantasia podia encarar, surpreender em figuras, em compleições, em feições, em traços, em geitos, em atitudes, em expressões que bem no-la mostrariam como de parentes de cada um de nós, se possível fôra baralhar o tempo e pôr em frente umas das outras aqui e nêste momento as gerações de portuquêses que êstes logares juntaram e o tempo veio distribuindo até nós.

Nem todos nos compreendem, infelizmente. Há quem nos chame, pelo nosso apego às cousas velhas de Lisboa, inimigos da cidade.

Confesso, parece-me impossível que haja quem não entenda tal amor das cousas do passado, projecção legítima, ca fôra, na vida da cidade, daquêle que, em casa, na vida familiar, guardamos por um

móvel, um pequeno objecto, um minúsculo papel, tocado pelas mãos descarnadas dos nossos pais, dos nossos avós.

Eu desconfio sempre do coração de quem não sabe amar o passado, na família e na cidade, que o mesmo é dizer: na Pátria. E, quando me aparece alguém a descortinar no meu amor humano, humaníssimo, do passado — que não me impede de olhar para o futuro — uma espécie de esquecimento egoísta de que moram nas vielas homens, mulheres e crianças, aqui afirmo o meu direito de supor que êsse alguém, sentindo-se porventura o que nos chama a nós, se passasse um dia pelas ruínas do Coliseu de Roma, o que primeiro sentia no mais recôndito da alma era o desejo impulsivo de poder ver o que ali falta hoje: um ou dois cristãos na bôca dum leãozinho... E, tomando horror a si próprio, mandava arrazar o Coliseu...

Tenho dito.

# OCIDENTE

## REVISTA PORTUGUESA

**D i r e c t o r e s :**

**Manuel Murias e Alvaro Pinto**

---

**R. DO SALITRE, 155-1.º**  
**LISBOA-PORTUGAL**

Assinatura: Ano com direito  
aos números especiais

---



*PORTUGAL*..... 115\$00  
*COLÓNIAS PORTUGUESAS* 125\$00  
*BRASIL*..... 120\$000  
*ESTRANGEIRO, £ 1-8-0 ou 7 dollars*

# CRÓNICA

## SOB O DOMÍNIO DO METRO QUADRADO

POR HUGO RAPOSO

**J**A por mais de uma vez levantámos a nossa débil voz para pugnar pelo desenvolvimento da área vegetativa da cidade, escassa quanto a nós, em relação à densidade populacional, mas escassa e quasi nula sobretudo nas novas zonas urbanisadas.

A matéria, a preocupação económica, a preocupação do metro quadrado, fazem com que nos bairros novos do amarelo e do verde, os prédios se tenham arrumado uns aos outros, não só flanco contra flanco, mas até quasi tardo com tardo, segundo a gíria da construção. Estão irremediavelmente cometidos erros que não poderão ser reparados por muitas dezenas de anos.

Se a exemplificação pode corporizar melhor a ideia, citaremos o caso da Rua Joaquim Casimiro, do Bairro Azul, do Bairro do Parque, da Penha de França, do Bairro dos Actores, do Bairro das Colónias. É flagrante o contraste entre o antigo sistema da arrumação dos edifícios no terreno, e o actual.

Antigamente deixava-se entre cada prédio um espaço bastante por onde entrar o ar e a luz, pelo menos nos domínios da boa construção, e, dessa nesga de terra saía um pequeno jardim, senão mesmo às vezes um grande jardim, que recreava e salubrizava donos e seus vizinhos, duas ou três árvores, ou apenas um canteiro longitudinal, o que quebra à vista, no campo estético, a monotonia das fachadas constantes.

A Estrada de Benfica, a pérola das artérias lisboetas, que se percorre mil vezes sem enfado, onde há sempre um novo pormenor de encanto a observar, fértil nos mais belos motivos de construção citadina, pródiga em jardins e parques, donde emanam perfume e beleza, está já conspurcada pela vassalagem ao metro quadrado.

As árvores, o canteiro, o jardim, o parque, não os temos por um luxo, nem sequer por um motivo decorativo das cidades, nem só por purificadores indispensáveis da atmosfera. São mais do que isto um factor social, um factor espiritual, um factor educativo. Um lilaz, um cedro, um plátano, que nos viu nascer, fica pela vida fora como um marco evocativo, que nos cria o amor ao nosso bairro, ao «nosso sítio», cuja lembrança — perto ou longe — faz sempre vibrar a nossa sensibilidade, partícula inseparável do caracter.

As árvores, o canteiro, o jardim, o parque, são sobretudo para as creanças da cidade o refúgio do ar viciado da casa, do cinema, da escola, das tristes escolas de Lisboa.

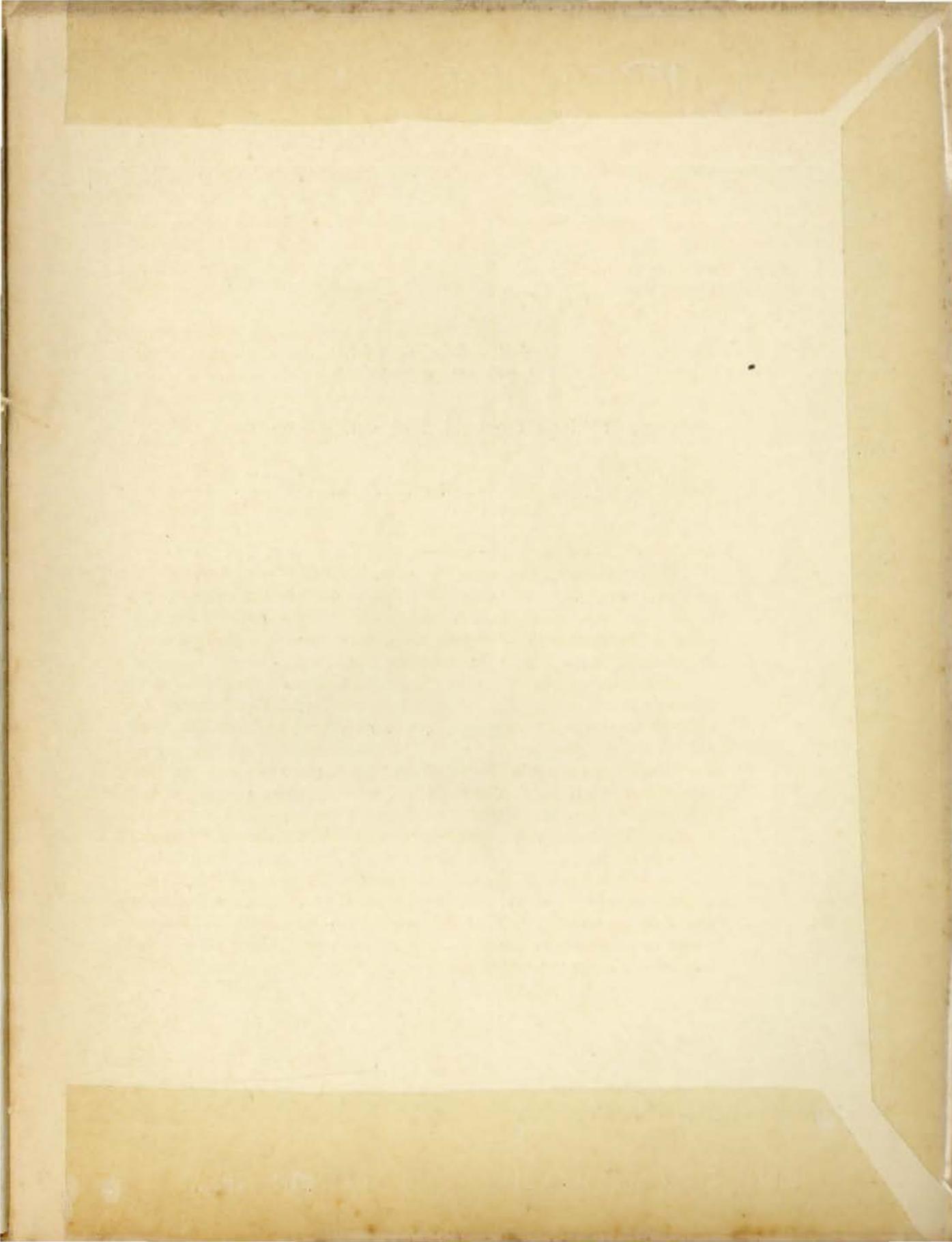
Julgamos saber que das edis cátedras dimanou recomendação de se preservarem os restos vegetativos não imolados à cupida cubiça do metro quadrado, mas não é bastante compreensível que das mesmas cátedras saia o exemplo oficial, da venda de quarteirões globais cobertos de telha em tôda a volta, com planta aprovada e tudo.

Seríamos um mau discernente e um péssimo crítico, se em contrapartida não prestassemos a mais viva homenagem a quem riscou ou mandou riscar êsses mimosos bairros populares, onde aquilo que atraz se aponta como falta grave, é ali prodigiosa realidade.

Recorrendo de novo à exemplificação, agora para êste novo aspecto, era impossível não citar o bairro da Quinta da Calçada, não porque seja o melhor, mas porque dentro da sua máxima modéstia é um símbolo da evolução da mentalidade urbanizadora no sentido do respeito e atenção pela vida humana.

Nós que não nos julgamos candidato a habitante do bairro, não tomaríamos como castigo, mas como benesse, dar aos nossos filhos a liberdade saudável daquêle recinto, e disso é prova que uma vez ou outra, numa discreta e espontânea peregrinação de propaganda ali levamos um amigo que ainda não conheça a Obra.

Abril 1940



# AMIGOS DE LISBOA

## Edições do Grupo, limitadas e algumas quasi esgotadas

Preço de venda para os sócios      Preço de venda para o público

Noite de Evocação do Leão de Ouro . . . . .	5\$00	7\$50
NORBERTO DE ARAÚJO		
Pequena Monografia de S. Vicente.		
Edição vulgar . . . . .	6\$00	8\$00
Edição especial . . . . .	12\$00	20\$00
~		
Urbanização de Lisboa . . . . .	2\$00	3\$00
LUIZ MOITA		
Ermida de Santo Amaro . . . . .	7\$50	9\$50
EDUARDO NEVES		
Ruínas do Carmo . . . . .	2\$00	3\$00
Igreja da Penha de França . . . . .	2\$00	3\$00
A Faculdade de Medicina . . . . .	4\$00	5\$00
MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO		
Igreja da Conceição Velha . . . . .	2\$00	3\$00
A Igreja e o Convento da Graça . . . . .	5\$00	7\$50
ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA (SIDÓNIO MIGUEL)		
A Igreja e o sítio de Santo Estêvão . . . . .	4\$00	5\$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha . . . . .	8\$00	10\$00
LUIZ CHAVES		
Lisboa no Folclore . . . . .	4\$00	5\$00
RUY DE ANDRADE		
Alfredo de Andrade e alguns problemas de <i>edilicia</i> citadina . . . . .	4\$00	5\$00
JOÃO PINTO DE CARVALHO (TINOP)		
Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols., cada	7\$00	8\$00
~		
Olisipo, n.ºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11	5\$00	7\$50
HENRIQUE DE CAMPOS FERREIRA LIMA		
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett . . . . .	4\$00	5\$00
ALFREDO DA CUNHA		
«Olisipo» Berço do Periodismo Português	4\$00	5\$00

## Edições consignadas

Preço de venda para os sócios      Preço de venda para o público

LUIZ PASTOR DE MACEDO		
A Baixa Pombalina . . . . .	6\$00	7\$50
A Rua das Canastras . . . . .	6\$50	8\$50
Crítica, Correções e Aditamentos, à obra «Lisboa do meu tempo e do passado — do Rossio à Rotunda», do Sr. João Paulo Freire (Mário) . . . . .	9\$00	10\$00
MARIO DE SAMPAYO RIBEIRO		
A Calçada da Ajuda.		
Edição vulgar . . . . .	6\$50	7\$50
Edição especial . . . . .	13\$50	15\$00
NORBERTO DE ARAÚJO		
Peregrinações em Lisboa, n.ºs 1 a 15, cada	7\$00	8\$00
JOSÉ PERRY DE SOUSA GOMES		
Lisboa — da sua vida e da sua beleza . . .	7\$20	8\$00
J. S. VIEIRA		
O Convento dos Marianos . . . . .	4\$00	5\$00
FRANCISCO CANCIO		
Aspectos de Lisboa no século XIX — fasc. I a XV, cada . . . . .	6\$40	8\$00
Lisboa de outros Séculos, I a IX, cada . . .	5\$00	5\$50
ALBERTO MEYRELLES		
Lisboa Ocidental . . . . .	8\$00	10\$00
CONDE DE ALMADA		
Relação dos Feitos de D. Antão de Almada.		
Edição vulgar . . . . .	10\$80	12\$00
Edição especial . . . . .	18\$00	20\$00
ROBERTO DIAS COSTA		
A Paróquia de S. Jorge da cidade de Lisboa	7\$50	8\$50
E tôdas as edições culturais da Câmara Municipal de Lisboa		